

Sequestro de provas no caso Marielle

ABI protocola no STF notícia-crime contra Bolsonaro

Reprodução



Detalhe da charge de Angelo Agostini sobre crítica à monarquia e sua base escravagista

Weintraub diz que República “foi uma infâmia contra patriota iluminado”

No dia em que o Brasil comemorou a Proclamação da República, o ministro da Educação (cáspite!) de Bolsonaro expeliu, através do Twitter (claro), a sua opinião sobre o ato histórico do marechal Deodoro da Fonseca. Segundo ele, a Proclamação foi uma “infâmia contra um patriota, honesto, iluminado, considerado um dos melhores gestores e governantes da História (Não estou restringindo a afirmação ao Brasil)”. “O que diabos estamos comemorando hoje?”, escreveu Weintraub sobre a ação de Deodoro, Floriano, Benjamin Constant, Rui Barbosa, Silva Jardim, José do Patrocínio, Quintino Bocaiúva e outros heróis e grandes homens brasileiros. **Página 3**

Indústria paulista fecha em outubro mais 3 mil vagas

A indústria paulista perdeu em outubro 3 mil postos de trabalho, informou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) na quinta-feira (14/11). O número se soma a uma sequência de resultados negativos em 2019. No ano, o setor perdeu 12,4 mil vagas. **P.2**

Witzel corta 86% da verba anual da perícia criminal

O governo de Wilson Witzel (PSC) enviou para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro proposta de orçamento em que corta 86% da verba destinada à Polícia Técnica, que é vinculada à Polícia Civil, responsável pelas perícias criminais no Estado. **Página 4**



Levou a gravação das ligações da portaria na chegada do assassino

Associação Brasileira de Imprensa (ABI) protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma notícia-crime contra Jair Bolsonaro, no caso do assassinato da vereadora Marielle Franco. A entidade questiona a informação, dada pelo próprio Bolsonaro, de que ele e o filho Carlos Bolsonaro sequestraram uma gravação das ligações da portaria do condomínio Vivendas da Barra, no Rio de Janeiro, onde ambos têm casa. Bolsonaro alegou que fez isso para supostamente “evitar adulteração do conteúdo”. **Página 3**

Setores militares juntam-se aos protestos contra golpe na Bolívia



Com cartazes conclamando os militares a se somarem à luta, manifestantes tomam as ruas por toda Bolívia

Divulgação

No momento em que cresce a participação popular contra o golpe fascista perpetrado contra o presidente Evo Morales após sua reeleição, setores das Forças Armadas bolivianas se somaram aos protestos em defesa da democracia e das conquistas sociais. Nas últimas horas foram divulgadas imagens de militares da Infantaria unindo-se à marcha do Sindicato de Copacabana, na estrada que une a cidade de Oruro à capital, La Paz. “Forças Armadas, unam-se à luta!”, conclamam os manifestantes, enquanto os soldados respondem “Que viva a Bolívia, que viva a Wiphala!”. Wiphala é a bandeira símbolo dos povos originários do país e por isso os fascistas e racistas lhe devotam ódio descontrolado. **Página 7**



Privatizar Correios, empresa lucrativa, eficaz e estratégica, é afrontar o Brasil

Os “Correios”, a única empresa do país que garante a entrega de encomendas, vacinas, material escolar, remédios, cartas, etc, a todos os municípios brasileiros com eficiência, rapidez e lucratividade, está na mira destrutiva do governo. **Página 2**

Para o presidente do PSB, momento é de frente ampla e não de hegemonismo lulista

“O momento não é de falar em eleição porque não estamos em ano eleitoral, o momento é de seguir a frente ampla em defesa da democracia e dos direitos sociais”, afirmou o presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira. **Pág. 3**

Bolsonaro ofereceu “boquinha” para calar Malta, conta malafaia

Em mensagem enviada ao deputado Alexandre Frota (PSDB-SP), o pastor evangélico Silas Malafaia diz que está decepcionado com o seu “mito” e que dentro das hostes bolsonaristas reina o fisiologismo e a mais completa baixaria. **Pág. 3**

Ex-ministros condenam o retrocesso na Cultura

Pág. 4

Correios é uma empresa estratégica e lucrativa, privatizar é uma afronta



Em seis meses de Bolsonaro, 140 empresas foram desnacionalizadas

Nos primeiros seis meses do governo Bolsonaro, 140 empresas brasileiras foram desnacionalizadas, segundo "Pesquisa de Fusões e Aquisições" da consultoria KPMG.

Foram 65 empresas no primeiro trimestre e 75 empresas no segundo trimestre adquiridas por multinacionais, conforme descreve a consultoria: transações CB1 "cross border 1 - empresa de capital majoritário estrangeiro adquirindo, de brasileiros, capital de empresa estabelecida no Brasil".

São empresas nas áreas de tecnologia de informação, internet, petróleo e gás, companhias energéticas, de alimentos, telecomunicações e mídia, metalurgia, siderurgia, fertilizantes, mineração, seguros, instituições financeiras, entre outros

setores, nas mãos de estrangeiros.

Com a economia patinando e a produção industrial, "trimestre após trimestre, registrando declínios", como vem alertando o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), o governo sinaliza com mais desnacionalização em setores estratégicos com a venda da Eletrobrás, Correios, refinarias da Petrobrás, campos de petróleo, Banco do Brasil e até o BNDES. O resultado para o país será ainda mais desastroso.

Com a desnacionalização as multinacionais elevam suas remessas de lucros às suas matrizes no exterior, aumentam as importações, não apenas de bens intermediários, mas do produto final, acelerando a desindustrialização do país e o consequente aumento do desemprego e da dependência externa.

Entre os países que mais avançam sobre o patrimônio do povo brasileiro estão os Estados Unidos. Seguido da Espanha, França, Canadá, Reino Unido e outros.

Entre as empresas estratégicas para o país entregues aos estrangeiros com aval do governo Bolsonaro, no período, estão a Embraer para a norte-americana Boeing (https://horadopovo.com.br/stf-da-prazo-de-dez-dias-para-bolsonaro-explicar-venda-da-embraer-a-boeing/) e a Transportadora Associada de Gás (TAG) - gasoduto da Petrobrás - ao grupo francês Engie e ao fundo de investimento canadense Caisse.

Venda da Eletrobrás elevará ainda mais preço das tarifas

Apesar do bolso do consumidor dizer o contrário, o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior, defendeu a privatização da estatal dizendo que vai reduzir o preço das tarifas.

"O que você vem verificando nos últimos leilões é queda das tarifas. Independente da Eletrobrás, há uma tendência muito clara de menores tarifas em energias renováveis", disse. "Não tenho dúvida que vai ter serviço melhor, com mais qualidade e menor preço".

Casos recentes de distribuidoras de energia - que antes faziam parte do sistema Eletrobrás e começaram a ser, uma a uma, leiloadas como parte do desmonte da estatal - mostram que a privatização do setor elétrico é antônimo de mais qualidade e menor preço.

A Boa Vista Energia (agora Roraima Energia), leiloadada para o consórcio Oliveira Energia, no final de 2018, por exemplo, acumula dívida de R\$ 286 milhões e o risco de apagão é iminente. Mas vale lembrar que o consórcio teve aumento de tarifa concedido pela Aneel, após a privatização, de 38,5%!

Segundo o Ilumina (Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético), "o que nós podemos chamar atenção é que, certamente, como já ocorreu outras vezes, se

a empresa ainda estivesse sob o comando da Eletrobrás, a manchete [dos jornais] teria a palavra "ineficiência".

O Ilumina fez um levantamento que mostra o aumento da tarifa que acompanhou as recentes privatizações de companhias estaduais - antes parte do sistema Eletrobrás.

-CERON (Rondônia) leiloadada para a Energisa privada. Aumento de tarifa concedido após a privatização: 25,3%.

-CEAL (Alagoas) leiloadada para a Equatorial privada. Aumento de tarifa concedido: 6,68%.

-CEPISA (Piauí) leiloadada para a Equatorial privada. Aumento de tarifa concedido: 12,4%.

-ELETROACRE (Acre) leiloadada para a Energisa privada. Aumento de tarifa concedido: 21,3%.

-AMAZONAS ENERGIA (Amazonas) leiloadada para o consórcio Oliveira Energia privado. Aumento concedido de tarifa: 15%.

A pressão contra uma nova revisão de tarifas de três das concessionárias da Ceron, Cepisa e Eletroacre fez com que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) negasse um recente pedido de aumento extraordinária das três. A briga continua, até porque as concessionárias privadas das distribuidoras

alegam que contratualmente podem aumentar as tarifas.

DESMONTE

O desmonte começou com a entrega das distribuidoras. A demissão de funcionários, que obviamente enfraquecem a operação da companhia, começou em 2016: um quadro de pessoal com 26 mil pessoas. Hoje, esse número caiu para 13,7 mil. "E estamos caminhando para 12,088 mil até maio de 2020", disse Ferreira.

Em ensaio desde o governo de Michel Temer, a privatização da Eletrobrás chegou ao Congresso Nacional pelo Projeto de Lei 5.877/2019 no dia de novembro pelas mãos do governo federal. O projeto prevê a total alienação do capital da estatal e o valor de venda - que a contar pelos recentes leilões deverá ser equivalente a uma penca de bananas - será destinado em um terço para a Conta de Desenvolvimento Energético.

Os dois terços restantes, a outorga do Governo, provavelmente servirão ao pagamento de juros da dívida. Considerando o tempo de tramitação, a ideia do governo é tentar se livrar da estatal definitivamente no segundo semestre do ano que vem.

PRISCILA CASALE

Bolsonaro e Guedes escalaram para desmontar a maior empresa de logística do país, Salim Mattar, dono da locadora de automóveis Localiza, que se depender dele vende até o Palácio do Planalto

Jair Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciaram que pretendem privatizar o país inteiro, inclusive, e até mesmo, os Correios, a maior empresa de logística do Brasil, responsável pelo monopólio postal. Para se desfazer dos Correios e de todo patrimônio público a preço vil, escalaram um membro da milícia bolsonarista, oriundo do chamado "mercado", Salim Mattar. Orientado a torrar todo o patrimônio público, Mattar é um especialista em comprar carros com descontos fiscais e revendê-los em seguida com preços cheios.

Ele é dono da locadora de automóveis Localiza e se credenciou para ocupar a pasta de "secretário de privatizações do governo Bolsonaro" por ter sido um fiel cabo eleitoral e seguidor do "mito" durante a campanha de 2018. Despejou recursos no esquema criminoso de internet de Bolsonaro. Mattar disse que, por ele, venderia até o Palácio do Planalto.

Para o "empresário", a empresa pública que nasceu como serviço postal em 1663 e tornou-se a ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) em 1969, sendo, desde então, uma empresa lucrativa e uma das empresas em que mais a população confia, por sua pontualidade e eficiência, tem que ser entregue aos gringos.

25% DOS LUCROS DOS CORREIOS VÃO PARA O TESOURO

A lucratividade dos Correios é inequívoca, como demonstram os seus balanços financeiros dos últimos vinte anos (tabela abaixo). Neste período, em dezesseis anos seguidos, a empresa teve um lucro de 15,8 bilhões de reais, em valores atualizados pelo IPC. E, apenas num lapso de tempo curto, teve contas no vermelho (2013, 2015 e 2016), tendo em 2014 obtido um resultado praticamente estável (tabela).

Foram 16 anos, que estão assinalados na tabela, em que os Correios deram lucro. Fora os 30 anos em que a empresa vem obtendo lucros, num período que vai de 1969, data da fundação da empresa, até 1999. Durante todos esse tempo a estatal repassou no mínimo 25% de seus lucros para o Tesouro Nacional, como determina seu estatuto social. (veja abaixo)

E mesmo esses prejuízos, que somados chegaram a pouco mais de R\$ 4 bilhões (também em valores atualizados pelo IPC), observados nos anos Dilma e Temer, foram provocados por fatores externos à empresa, como foi a brutal recessão que atingiu praticamente todas as empresas brasileiras, como foram também os aumentos das transferências de recursos da empresa para o Tesouro, acima dos 25%, e o congelamento de tarifas, determinado pelo governo.

Mas, já em 2017, o resultado dos "Correios" voltou ao normal, isto é, voltou a dar lucros. A empresa lucrou R\$ 667 milhões em 2017 e R\$ 161 milhões em 2018. Esses resultados esvaziaram a cantilena dos entreguistas de que a estatal tinha que ser privatizada porque era deficitária. Com toda a sabotagem que se fez, o Correio continua a dar lucros e a cumprir com eficiência o seu papel.

NINGUÉM PRIVATIZOU SEUS CORREIOS

Quase nenhum país do mundo cometeu a irresponsabilidade de entregar o controle de sua empresa de correios a grupos privados, como querem Bolsonaro, Guedes e Mattar. Nem mesmo os Estados Unidos, o país dos cartéis e dos monopólios privados, abriu mão do caráter público de seus Correios. Lá como aqui, há monopólio apenas da área postal, sendo livremente permitida a presença de empresas privadas no setor de entrega de encomendas.

Não há nada e ninguém que impeça as empresas privadas que estão no Brasil de atuarem neste setor de enco-

mendas, setor, aliás, que vem apresentando um crescimento exponencial nos últimos anos. Apesar desse crescimento, as empresas privadas operam em pequena escala. Elas não atuam amplamente porque não querem. Não há monopólio dos Correios no setor de encomendas.

LUCROS DESDE A FUNDAÇÃO

Essas empresas privadas que já atuam com a entrega de encomendas no Brasil não superam os Correios porque não investem os montantes que são demandados para que o serviço seja feito de forma ampla e adequada. Elas são pequenas porque visam apenas as áreas consideradas como "filé mignon". Querem obter lucros exorbitantes em detrimento de prestar um bom serviço para toda a população.

EMPRESAS PRIVADAS PODEM ATUAR MAS NÃO INVESTEM

Por isso não atuam em todo o território brasileiro, elas estão localizadas em pouco mais de 300 municípios brasileiros. Para ser mais preciso, elas estão em apenas 340 cidades do país, ou seja, somente prestam serviços naquelas localidades que possam lhes trazer lucros.

Por conta de não fazerem os investimentos necessários, as empresas privadas se utilizam, inclusive, muitas vezes, da estrutura dos Correios para conseguir prestar os serviços de entrega das encomendas. As empresas privadas não atendem os outros 5.230 menores, porque esses municípios "não são lucrativos". Ninguém, nem mesmo o governo, poderá obrigá-las a cobrir essas localidades, no caso de privatização.

Os Correios revelam a sua eficiência e o seu caráter estratégico ao cobrir todo o território nacional e fazer isso com qualidade, pontualidade e, mesmo assim, ser uma empresa lucrativa. Dos 193 países, em apenas oito, os serviços de correios são totalmente privados. Vários países que privatizaram esse serviço tiveram depois que cancelar os contratos e retomar as empresas porque o serviço piorou e encareceu.

VACINAS, MATERIAL ESCOLAR, BANCO POSTAL

Na busca de algum pretexto para entregar os Correios aos monopólios estrangeiros, Salim Mattar argumentou também que "a sociedade mudou muito e que o Correio atualmente tem operado mais como uma entregadora de pacotes". "Temos de nos perguntar: deve o Estado ter uma empresa entregadora de pacotes? Estamos tentando redefinir o papel do Estado", disse ele.

Pura conversa de entreguista. Ele diz isso porque está advogando escancaradamente a favor dos interesses privados em detrimento da população. Com a privatização serão prejudicados milhares de municípios brasileiros. Seus moradores não terão como receber suas encomendas. Não só encomendas, mas também material didático, vacinas, remédios, etc. Mas, para Mattar, que se danem esses municípios do Brasil. Se não podem dar lucros para as empresas privadas, as populações do interior do país devem, na sua opinião, ser abandonadas à própria sorte.

Esta é a opinião de gente sem patriotismo, sem escrúpulos e sem respeito pelo povo, como Mattar, Guedes e Bolsonaro. Esta é a lógica neoliberal mais escancarada. Que se dane o povo. O que interessa é o lucro, e nada mais.

Aliás, o pacote que Paulo Guedes e Bolsonaro acabam de apresentar ao país visa o extermínio puro e simples de mais de mil municípios brasileiros que, pela ótica obtusa do governo, têm que ser extintos porque são "deficitários".

Leia matéria completa no site do HP: https://horadopovo.com.br/privatizar-os-correios-uma-empresa-estrategica-eficaz-e-lucrativa-e-a-frontar-o-brasil/



Foto: Divulgação

José de Castro, presidente da AEB

Abertura indiscriminada do mercado é suicídio industrial, diz empresário

O presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, repeliu um possível acordo de livre comércio com a China, defendido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, na quarta-feira (13/11), durante seminário do banco dos Brics (grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

A exportação brasileira para a China está concentrada em apenas três produtos básicos: soja, petróleo e minério de ferro que respondem por 83% das vendas. Já a importação brasileira de produtos chineses é basicamente de produtos industrializados.

Segundo Castro, um livre comércio com a China, seria um "suicídio industrial". "Abrir o mercado seria um suicídio comercial", disse.

O empresário revela, com suas observações, que as relações comerciais do Brasil devem priorizar países com economias similares e complementares à do país, ou seja, aquelas que apresentam equilíbrio comercial entre produtos primários e industrializados.

Para o presidente da AEB, é importante fortalecer o Mercosul. "Você tem que fazer acordo com um bloco, não com um país individualmente, a não ser que esteja passando pela cabeça do Brasil sair do Mercosul", declarou.

Em entrevista à rádio Jovem Pan, no mês passado, José Augusto de Castro destacou que a relação comercial entre os países do Mercosul está baseada em produtos manufaturados, ao contrário dos Estados Unidos, "um importante parceiro, mas têm na pauta petróleo, suco de laranja, commodities. Para a Argentina, 95% é manufatura". Assim, como para China, "95% do que exportamos para a China são commodities e não manufaturados".

Indústria paulista fecha 3 mil vagas em outubro

A indústria paulista perdeu em outubro 3 mil postos de trabalho, informou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) na quinta-feira (14/11). O número se soma a uma sequência de resultados negativos em 2019, fazendo com que as empresas do maior e mais dinâmico parque industrial do país já acumule menos 12,4 mil vagas no ano até outubro. Sobre o mesmo período do ano passado, o encerramento de postos de trabalho é 0,60% maior. Embora as demissões tenham afetado especialmente os setores de vestuário (-1.414), coque e derivados de petróleo (-1.236) e a indústria automotiva (-697), é difícil atribuir as demissões a um movimento sazonal. Isto porque, dos 22 segmentos pesquisados, 11 demitiram e 4 não saíram do lugar - entre eles, a indústria de metalurgia, máquinas e equipamentos e de

produtos alimentícios. No acumulado de 12 meses, o emprego no setor produtivo do estado de São Paulo perdeu 63 mil vagas na comparação com o período anterior - uma variação de -2,92%.

Os dados de setembro para a produção industrial apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram que a indústria paulista tomou 1,4% em volume de produção sobre o mês anterior - o que com certeza teve impacto sobre o encerramento de vagas no período seguinte.

"2019 vai se firmando como um ano negativo para a indústria. As expectativas do mercado para a produção física do setor, segundo o Boletim FOCUS/BCB, vêm sendo recorrentemente reduzidas e chegaram a -0,73% para jan-dez", avalia o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi).

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@uol.com.br C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



José do Patrocínio: "Está finalmente decretada a nova divisa do Império - escravidão ou morte" Abraham Weintraub diz que República foi 'infâmia contra patriota iluminado'

No dia em que o Brasil comemora a Proclamação da República, o ministro da Educação (cáspite!) de Bolsonaro expeliu, através do Twitter (claro), a sua opinião sobre o ato histórico do marechal Deodoro da Fonseca.

Segundo ele, a Proclamação foi uma "infâmia contra um patriota, honesto, iluminado, considerado um dos melhores gestores e governantes da História (Não estou restringindo a afirmação ao Brasil)".

"O que diabos estamos comemorando hoje?", escreveu Weintraub sobre a ação de Deodoro, Floriano, Benjamin Constant, Rui Barbosa, Silva Jardim, José do Patrocínio, Quintino Bocaiuva e outros heróis e grandes homens brasileiros.

Na íntegra, disse Weintraub: "Não estou defendendo que voltamos à Monarquia mas... O que diabos estamos comemorando hoje? Há 130 anos foi cometida uma infâmia contra um patriota, honesto, iluminado, considerado um dos melhores gestores e governantes da História (Não estou restringindo a afirmação ao Brasil)".

Ainda bem que Weintraub não está defendendo a volta da monarquia.

Quando a República foi proclamada, o país estava, desde 1864 – e mesmo antes, com a crise de 1857 –, em uma estagnação melancólica, pois a monarquia era, exatamente, a superestrutura do regime de escravidão, que entravava o desenvolvimento do país.

Dados escandalosos – como os 85% de analfabetos na população adulta, quando a República foi proclamada – eram uma consequência desse charco em que a monarquia conservava o país.

Nas palavras de José do Patrocínio, em 1885: "É um fato histórico que a Monarquia só se fundou no Brasil por ser a da escravidão."

Tanto isso é verdade que a Abolição da Escravatura levou a monarquia para o esgoto no ano seguinte.

Aliás, em relação à monarquia, Patrocínio foi mais específico:

"... sentimos que a Monarquia já não tinha mais forças para resistir à nostalgia do pántano. Queria voltar para a lama das paixões de que provinha."

"É sabido que todos os Braganças foram sempre amigos da escravidão, ao ponto de fazerem dela meio de ganhar dinheiro."

"Desde d. Pedro II, de Portugal, o moedeiro falso, até Pedro I, do Brasil, a casa do bastardo João IV se desenha na História com a fisionomia de uma família de traficantes. A única exceção é d. José I, porém este, todos sabem, não passou de um jumento manso, em que o marquês de Pombal subiu a montanha da imortalidade, comodamente, como a gente sobe a serra de Sintra em jericos de aluguel."

Não é, então, uma surpresa que Weintraub prefira a monarquia à República.

Mas Weintraub acrescentou: "Qual a melhor forma de 'comemorar' o primeiro golpe de estado no Brasil? TRABALHANDO! O amigo Onyx Lorenzoni convocou reunião para discutir projetos sociais. Teremos mais novidades em breve."

Pelo jeito, ele considera que Tiradentes somente não foi um golpista porque D. Maria, a Louca, o impediu, através da força e do esquartejamento.

Quanto aos "projetos sociais", aguarda-se o envio ao Congresso de um projeto revogando a Lei Aurea. Que outro projeto social pode ter esse governo? Assim, a monarquia teria outra vez a sua base... Resta saber se Bolsonaro pretende passar uma rasteira nos Braganças e pegar a coroa.

Weintraub também escreveu: "Para as feministas reflitem: o Império teve seus dois principais atos assinados por mulheres educadas, inteligentes e HONESTAS! Elas nos governaram bem antes de Dilma. A Lei Aurea e Nossa Independência foram assinadas respectivamente pela Princesa Isabel e por Dona Leopoldina."

As "feministas" – isto é, as mulheres, pois Weintraub, usando esse termo como se fosse xingamento, apenas revela sua aversão às mulheres – não precisam refletir sobre isso.

Somente um sujeito muito deformado, como Weintraub, pode se espantar porque, até mesmo no Império, houve mulheres que fizeram algo além de descascar batatinhas na cozinha – e nenhuma mulher é responsável, se Weintraub somente consegue enxergar para elas esse papel.

Mas esse é um problema dele – e não das mulheres.

C.L.

ABI pede ao STF para apurar ato de Bolsonaro no caso Marielle

Marcos Corrêa/PR



Presidente não esconde satisfação ao empossar Levy na Fazenda Para presidente do PSB, o momento é de frente ampla e não de hegemonismo lulista

Após ser questionado se espera que Lula vai manter o discurso hegemônico, segundo o qual "o PT é o único partido que existe, o resto é sigla de interesses eleitorais", o presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, disse ao Congresso em Foco, no sábado (16), que "diálogo temos que ter com quem quer diálogo".

Para Carlos Siqueira, a saída do ex-presidente da prisão não altera o

diálogo dos partidos de oposição: "Eu acho que não muda nada. O momento não é de falar em eleição porque não estamos em ano eleitoral, o momento é de seguir a frente ampla em defesa da democracia e dos direitos sociais. A eleição vai ser discutida na hora de falar de eleição. Há um diálogo em torno de ideias, a eleição é outro tema, no ano eleitoral vamos discutir sobre ela".

O dirigente socialista

negou que tenha havido uma conversa institucional entre o PSB e o ex-presidente Lula. afirmou que o ex-governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, não representou a legenda durante reunião com Lula na última terça-feira (12): "Foi uma visita de cortesia, não teve nada em nome do partido, o partido não foi chamado a falar com ninguém ainda e nem tem essa expectativa", concluiu.

Conduta de Eduardo Bolsonaro na invasão da embaixada da Venezuela foi criminosa

É tentador repetir, como alguém disse, que o deputado Eduardo Bolsonaro, já que não pode ter uma embaixada nos EUA, quer deixar a Venezuela sem embaixada no Brasil. A inveja, como já diziam aqueles paracochos de caminhão, é, hum..., bem, é uma coisa muito ruim.

Por isso, Eduardo Bolsonaro resolveu apoiar alguns marginais que pularam o muro da missão venezuelana em Brasília.

Realmente, com derrota certa no Congresso, Eduardo teve que desistir da embaixada em Washington para se refugiar na liderança do PSL – melancólico prêmio de consolação, obtido a pauladas, não suas, mas de seu pai, e que vai durar pouco. Agora, o PSL convocou uma reunião para expulsá-lo.

Tudo isso é verdade. Porém, diante de um crime, não é saudável qualquer tom de brincadeira, ainda que esta expresse uma verdade.

E o que Eduardo Bolsonaro fez foi um crime: apoiar alguns rufiões, se é que não esteve na trama, em um ataque à embaixada de um país na capital da República, na capital do Brasil.

Desde quando o Brasil permite esse tipo de coisa? Disse Eduardo Bolsonaro, pelo inefectível Twitter:

"Nunca entendi (sic) essa situação. Se o Brasil reconhece Guaidó como presidente da Venezuela por que a embaixadora Maria Teresa Belandria,

indicada por ele, não estava fisicamente na embaixada? Ao que parece agora está sendo feito o certo, o justo."

Esse "reconhecimento" de Guaidó é mera palhaçada. E não somente porque não existe governo Guaidó algum na Venezuela.

Além de não existir, o Brasil reconhece, oficialmente, que não existe nenhum governo Guaidó.

Como? Através da nossa embaixada em Caracas, que é, como disseram alguns diplomatas, uma embaixada junto ao governo Maduro, porque é o único governo que existe na Venezuela.

Não existe embaixada brasileira junto ao governo Guaidó, porque não existe governo Guaidó. Mas existe uma embaixada brasileira junto ao governo Maduro, junto ao governo venezuelano.

Então, que história é essa de que o governo Bolsonaro reconheceu Guaidó, se nossa embaixada na Venezuela continua sendo uma representação do Brasil junto ao governo que existe naquele país?

Não se trata de concordar ou discordar da política de Maduro, até porque esse é um problema, antes de tudo, dos venezuelanos.

Se os países com os quais temos relações diplomáticas não podem mais se sentir em paz quanto às suas embaixadas na capital do Brasil, que país será o nosso? Um valhacouto inter-

nacional de bandidos, onde milicianos de todo o mundo invadem embaixadas e contam com o apoio do presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara?

Pois Eduardo Bolsonaro é membro do Legislativo, um dos Três Poderes da República brasileira, ou seja, é deputado federal.

Porém, além disso, é presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Desde quando a política da Câmara – que o diga seu presidente, o deputado Rodrigo Maia – é invadir ou coonestar a invasão de embaixadas dos países que têm relações com o Brasil?

Portanto, Eduardo Bolsonaro comprometeu a Câmara em um ato de banditismo, um ato contra outro país – pois a embaixada da Venezuela é território venezuelano, tanto quanto nossa embaixada em Caracas é território brasileiro.

O negócio foi de uma estupidez tamanha, contra todas as leis internacionais e brasileiras, que seu pai – no primeiro dia da Cúpula dos BRICS, cujos principais países são a China e a Rússia, que reconhecem o governo da Venezuela – tomou a providência de "repudiar" pelo Twitter a invasão da embaixada venezuelana, logo na manhã da quarta-feira (13/11), pouco depois do Twitter do filho.

Integra do texto em www.horadopovo.com.br

C.L.

Procuradores e senadores criticam Toffoli por acesso a dados sigilosos de 600 mil

O ato do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, que determinou ao Banco Central (BC) que lhe desse acesso a todos os relatórios de inteligência financeira (RIF) produzidos nos últimos três anos, recebeu críticas de procuradores e senadores.

O Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), atualmente Unidade de Inteligência Financeira (UIF), sob controle do BC, informou que disponibilizou acesso a 600 mil documentos

mencionados, dos quais 412.484 de pessoas físicas e 186.173 de pessoas jurídicas.

Toffoli ainda determinou que a Receita Federal encaminhe ao STF todas as representações fiscais para Fins Penais (RFFFP) no mesmo período.

Para o senador Alessandro Vieira (Cidadania), o "ministro Dias Toffoli deveria ser o maior guardião da legalidade e da segurança jurídica no Brasil. Infelizmente, a opção parece ser sempre pelo autoritarismo e pelo abuso".

O senador Marcos do Val (Podemos-ES) classificou a medida de Toffoli como "um ato imperial". "É o novo imperador do país. Temos que tomar uma atitude", conclamou o senador.

"A pergunta que não quer calar é o que pretende Dias Toffoli com esse acesso irrestrito às informações do COAF. O que ele procura?", perguntou o procurador da República Carlos Fernando dos Santos Lima.

Leia a íntegra em www.horadopovo.com.br

Admitiu que acessou ilegalmente as gravações da portaria do condomínio Vivendas da Barra

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma notícia-crime contra Jair Bolsonaro, no caso do assassinato da vereadora Marielle Franco.

A entidade questiona a informação, dada pelo próprio Bolsonaro, de que ele e o filho Carlos Bolsonaro sequestraram uma gravação das ligações da portaria do condomínio Vivendas da Barra, no Rio de Janeiro, onde ambos têm casa. Bolsonaro alegou que fez isso para supostamente "evitar adulteração do conteúdo".

A ABI diz que Bolsonaro e Carlos "acessaram, em data ainda imprecisa, por meios impróprios, elementos probatórios de uma investigação criminal sigilosa e em andamento, os quais poderiam elucidar o iter criminoso percorrido pelos principais suspeitos do assassinato".

De acordo com a entidade, o ato de Bolsonaro e seu filho 02 "carece de investigação". "É imperioso verificar quando e de que modo ocorreu o acesso" aos

áudios, e também se a Polícia já havia realizado a pericia do material, "o que até o momento segue sem razoáveis esclarecimentos".

A entidade pede que o STF determine "a apreensão do computador onde estão armazenadas as gravações do condomínio para a realização de pericia, incluindo as gravações do circuito interno de câmeras e do material eletrônico obtido indevidamente" por Jair e Carlos Bolsonaro, material indispensável para investigação do caso Marielle Franco.

O relator do caso será o ministro Alexandre de Moraes.

As gravações da portaria do condomínio Vivendas da Barra foram divulgadas no Twitter pelo vereador Carlos Bolsonaro (PSC), filho 02 e que também mora no condomínio na zona sul do Rio.

"Nós pegamos, antes que fosse adulterada, ou tentasse adulterar. Pegamos toda a memória da secretária eletrônica que é guardada há mais de ano. A voz não é a minha", confessou Bolsonaro.

Bolsonaro ofereceu "boquinha" de R\$ 60 mil para calar Magno Malta, diz pastor Silas Malafaia em áudio

Em mensagem enviada ao deputado Alexandre Frota (PSDB-SP), em fevereiro deste ano, e divulgada só agora, o pastor evangélico Silas Malafaia revela, primeiro, que está decepcionado com o seu "mito", e segundo que dentro das hostes bolsonaristas reina o velho fisiologismo e a mais completa baixaria na distribuição de cargos e dinheiro público.

Pelo que o pastor deixou escapar, o toma-lá-dá-cá está a todo vapor nos corredores do Palácio.

Na mensagem, Malafaia se diz profundamente decepcionado com Jair Bolsonaro e conta que o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, teria procurado a mando do capitão o ex-senador Magno Malta e oferecido a ele o cargo de presidente do Conselho do Sesi, com um salário de R\$ 60 mil.

A proposta era uma tentativa de calar a boca de Malta, que havia protagonizado a cena patética da oração no dia da proclamação do resultado das eleições, e, em torça, queria ser ministro.

"A última, se você não sabe, o Bolsonaro mandou Onyx chamar Magno. Magno deixou ele uns dois dias atrás dele como um louco. Depois do segundo dia, no final: 'olha eu tô aqui com uma missão do presidente, nomear você, uma coisa muito boa, nomear você como presidente do conselho do Sesi, R\$ 60 mil de salário, movimentação bilhão...'", narra Malafaia, dizendo que Magno recusou a oferta.

"Aí o Magno disse para ele – essa foi linda –: Onyx, eu não tô atrás de emprego. Fala para o presidente que eu não tô atrás de emprego, fala para o presidente que o Deus que me sustentou até aqui, vai me sustentar por toda a minha vida. E fala para o presidente que Magno Malta

e Silas Malafaia nunca vão falar mal dele em mídia e nem jogar contra. E se ele precisar de oração, conte com nós dois", diz Malafaia, ressaltando que a resposta de Magno "deu na canela com força".

Magno Malta e Silas Malafaia fizeram campanha de Jair Bolsonaro entre os evangélicos. No áudio, enviado a Alexandre Frota, Malafaia confidencia ao ex-ator estar "profundamente decepcionado" com Jair Bolsonaro. "Sinceramente, Frota, eu como jamais vou usar nem minha mídia, nem nada para falar mal de Bolsonaro, nem nada, porque eu não vou dar mole para esses esquerdopatas... Mas estou profundamente decepcionado, irmão", disse Malafaia.

Este áudio áudio do Malafaia só veio a público agora porque Alexandre Frota já não é mais integrante da milícia bolsonarista e anunciou que o que ele mostrou até agora não é nem 3% do que sabe. Ele fez essa afirmação no último dia 13 de novembro em reunião na Câmara.

Em seguida Frota tuitou: "O Bolsonaro podia pelo menos falar para o Brasil por que, na madrugada da convenção do PSL, decidi não levar o príncipe como vice. Me liguei às 5 da manhã do aeroporto do Rio, me pediu o celular do Levy Fidelix para poder ligar para Mourão. Conta das fotos, Jair Bolsonaro".

Em matéria, publicada no último dia 13, o HP tratou essa questão do príncipe. Vamos reproduzi-la abaixo para melhor compreensão dos fatos que se seguiram envolvendo Malafaia, Frota e o príncipe Luiz Philippe de Orleans e Bragança, que seria vice de Bolsonaro, mas que teria sido flagrado em uma festa gay e, por isso, foi barrado por Jair Messias.

Integra do texto em www.horadopovo.com.br

Para retaliar Bivar, Bolsonaro extinguiu DPVAT

A medida provisória editada por Jair Bolsonaro que extingue o DPVAT, que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, atinge diretamente uma empresa ligada ao presidente do PSL, Luciano Bivar (PE).

O deputado federal Luciano Bivar é sócio da Excelsior, uma seguradora que está credenciada para operar na cobertura do DPVAT. A empresa é dona de cerca de 2% da Seguradora Líder, que atua com exclusividade nos seguros de acidentes de trânsito.

Bivar declarou que já sabia do plano de Bolsonaro e Guedes de extinguir o DPVAT, mas que ele foi acelerado como forma de retaliação nas brigas dentro do PSL.

O anúncio aconteceu na última segunda-feira (11), junto com o do pacote que retira direitos trabalhistas dos jovens.

A medida de Bolsonaro vai atingir o Sistema Único de Saú-

de (SUS) e programas públicos para educação e prevenção na área. Isso porque a União recebe metade do arrecadado com o seguro, como determina a legislação. Entre 2008 e 2018, foram repassados R\$ 33,4 bilhões ao SUS e R\$ 3,7 bilhões ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

Bolsonaro e Bivar brigam para ver quem fica com o controle do partido e a chave de seu cofre. Jair Bolsonaro disse a um apoiador que deveria esquecer o partido e seu presidente, Luciano Bivar, porque ele está "queimado".

"O cara, Bivar está queimado para caramba lá. Esquece esse cara, esquece o partido", disse Bolsonaro.

Quando percebeu que não conseguiria tomar o controle do partido, Bolsonaro anunciou sua saída e a criação do Aliança pelo Brasil.

Maia instala CPI para investigar manchas de óleo nas praias do NE

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), decidiu instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), proposta pelo deputado João H. Campos (PSB-PE), para investigar o crime ambiental das manchas de óleo que se espalharam pelo litoral do Nordeste e agora do Sudeste.

O requerimento apresentado pelo parlamentar pernambucano obteve o apoio de 267 deputados,

superando com folga o número mínimo de assinaturas exigido (171).

João Campos ressaltou a importância da Câmara coordenar os esforços para investigar atos e omissões e apurar responsabilidades. "Uma situação drástica como essa requer ação rápida, eficaz, eficiente e efetiva por parte do Estado", afirmou.

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

WALTER FÉLIX

Esqueceram de Nós

Ataque do governo à Cultura prevê extinção das fontes de financiamento federal. Recursos do Fundo Nacional de Cultura e do Fundo Nacional de Audiovisual irão para o pagamento de juros

VALÉRIO BEMFICA*

O título desta matéria lembra, obviamente, o nome da franquia de filmes de Natal estadunidense. Mas não, leitor, não se trata de crítica cinematográfica ou de anúncio de mais um blockbuster. Pretendemos fazer uma pequena reflexão sobre a Cultura no Governo do capitão-messias.

Se a redemocratização de 1985 tinha, com muita justiça, dado à Cultura o status ministerial – temporariamente cassado por Fernando, o Fugaz – começamos 2019 reduzidos à condição de Secretaria Especial, subordinada ao Ministério da Cidadania. Alguns respiraram aliviados por, pelo menos, ter como titular alguém da área: Henrique Pires. O alívio dos otimistas durou pouco, pois as vozes do obscurantismo, bradando por censura, caça às bruxas, cancelamentos de editais, etc., se impuseram. O iludido ex-secretário não aceitou e foi de pronto substituído por alguém mais alinhado ao pensamento dominante no governo: Ricardo Braga, ex-diretor de Investimentos do Andbank Brasil e ex-superintendente de operações do Banco Votorantim. Paulo Guedes mostrando quem manda.

Durou pouco também. Não deve ter achado na área nada que pudesse ser transformado em títulos ou negociado em Bolsa. Foi para a Educação, onde seu amigo Abraham promete ótimos negócios. Mas o ministro-cidadão não aguentava mais a tal Secretaria Especial. Em dez meses só rendeu encrenca. Até conseguiu fazer uma festinha em seu reduto eleitoral, fazendo de conta que, em 15 dias de governo, conseguiu a proeza de resolver a situação dos monumentos das Missões, Patrimônio Cultural da Humanidade. Ninguém acreditou e, pior, tudo depois foi polêmica. Nada que prestasse, nenhuma notícia boa, nenhuma medida elogiada. Solução? Livrar-se da bomba! A Secretaria Especial de Cultura foi despejada no colo do cítrico ministro do Turismo. Ideia genial! Cultura = show de mulatas para gringo ver na Angra dos Reis transformada em nova Cancun! E, como novo titular, o neofundamentalista que conseguiu unificar a classe artística (contra ele!) ao xingar boçal e gratuitamente Fernanda Montenegro. Não iremos nos deter sobre o cidadão agora. A tarefa exigiria conversas com nossos superiores, versados em psiquiatria. Alguém que passa trinta anos dizendo fazer teatro sério, jurando ser de esquerda e, de repente, vira um Arauto do Evangelho, soldado do capitão-messias, Brancalione convocando exércitos de artistas de direita – e isso sem ter visto Jesus na goiabeira – é caso patológico e como tal merece ser analisado.

Vamos nos deter em um fato que passou despercebido pela grande imprensa, embora lembrado aqui no HP e que justifica nosso título. No dia em que a transferência para o pomar do turismo foi anunciada, fomos ler o decreto exarado pelo capitão-messias. Estranhamente, a Funarte (criada em 1975, no governo Geisel), o IPHAN (1937, governo Vargas), Biblioteca Nacional (1810, Brasil Colônia), Fundação Casa de Rui Barbosa (inaugurada como museu em 1930 e transformada em fundação em 1966, no governo Castelo Branco), Fundação Cultural Palmares (1988, governo Sarney), Instituto Brasileiro de Museus (desmembrado do IPHAN em 2009, mas que administra museus centenarios) e a Ancine (caçula do sistema MinC, mas que deita raízes em órgãos criados na primeira metade do século passado) tinham sido “esquecidos” no Ministério da Cidadania! Apesar de o decreto do dia 7 de novembro ter lançado todas as políticas da área à sombra do laranjal do Turismo, seus órgãos executivos foram deixados na pasmaceira da Cidadania. Só no dia seguinte algum burocrata do ministério Corona – ops, Lorenzetti, ops, Lorenzetti – enviado pelo escroque ao Congresso Nacional está incluída a extinção das duas fontes principais de financiamento federal à Cultura Brasileira: o Fundo Nacional de Cultura e o Fundo Setorial do Audiovisual. Escondidas, desvalorizadas, comandadas por ineptos, sem orçamento. Qual será o destino das instituições?

Felizmente, leitor, a história não ensina que estes pesadelos não costumam durar muito. Não se apaga a Cultura de um povo – menos ainda uma Cultura rica e pujante como a brasileira – por decreto. A loucura e a estultice como forma de governo têm vida curta. Apedreadas só conseguem se fingir de sábios por pouco tempo. As forças vivas da Nação, os setores comprometidos da sociedade reagem e recolocam os tipos em seus devidos lugares: uns no ostracismo, outros na cadeia, o resto no manicômio.

do Museu Nacional, não pegarem fogo antes da assunção do capitão-messias ao posto de Presidente.

Em um governo que se orgulha da ignorância, dissemina o obscurantismo e inveja os valores medievais, elas são, mais do que inúteis, nocivas. De que serve uma fundação que não lança editais exclusivamente para a arte evangélica, com ênfase na teologia da prosperidade? Ou um instituto que não eleve o Templo de Edir Salomão à condição de patrimônio brega, quer dizer, cultural da humanidade? Ou uma biblioteca que não tenha alas inteiras dedicadas ao astrólogo de Richmond? De que serve uma fundação que estuda o pensamento brasileiro e que não apoiou a principal atividade intelectual que esta turma promoveu, a saber, a Convenção Brasileira de Terraplanismo? Que dizer então de uma fundação que não controla a quantidade de arrobos que cada quilombola pesa? Ou um monte de museus que ignorem os elaboradíssimos memes criados pela intelectualidade whatsappiana amiga do Carluxo? E uma agência que ainda não teve a brilhante ideia de financiar um reality show chamado “Empreguinho Bom”, comandado pelo Queiroz, a ser exibido na TV do Bispo? Dinheiro posto fora!

A memória é traço distintivo dos mamíferos superiores. A maioria das espécies apenas age conforme seus instintos. No ser humano a memória vai além da simples capacidade de repetir algo que deu certo ou de evitar aquilo que deu errado. A mente humana tem a capacidade de aprender com situações diferentes, de não apenas repetir experiências anteriores, mas de aprimorá-las, transformá-las e, principalmente, de transmiti-las às gerações futuras. Ou seja, o ser humano tem, como principal diferencial em relação aos outros animais, o fato de ser portador de Cultura. Quando se coloca diante de nós um governo que odeia a Cultura, que quer ver suas instituições destruídas, sua história queimada, seus profissionais calados, só podemos concluir que seu núcleo é composto por seres que mal atingem a condição de primatas. A maior parte – incluindo aí o capitão-messias e seu entorno mais próximo – age apenas obedecendo seus (baixos) instintos, disparando contra inimigos imaginários, sejam eles hienas, adversários da quadrilha ou artistas, universitários, cientistas, estudantes. A meta é destruir a tudo e a todos, para que só sobrevivam aqueles ainda mais ignorantes que eles mesmos. Daí a eleição da Cultura, da Educação e da Ciência como inimigos prioritários.

Mas, é claro, um governo não se faz só com tal classe de alucinados. Não duraria mais de uma semana e descambaria para o canibalismo. Aproveitando-se da hybris instalada no palácio, vigaristas, golpistas, carreiristas e oportunistas de todos os quilates apresentam-se na corte, pouso de leais servidores, de luminares das platitudes, querendo garantir sua parte no butim. Assim é o arremedo de Friedman que se alojou no Ministério da Economia. Sim, leitor, estávamos falando do desmonte da Cultura. Mas, essencialmente, não há diferença entre o projeto de esquecer, esmagar, matar de inanição nossas instituições culturais e a Black Friday promovida pelo bandido nos ativos da Petrobras. Ou o projeto de transformar nossas Universidades Públicas em um lucrativo empreendimento privado. Ou a tentativa de fazer os aposentados brasileiros transformarem-se em escravos de arapucas privadas de capitalização. Ou, ainda, da destruição de todo o aparato de proteção social e de garantias trabalhistas alegando o aumento da liberdade econômica. Prova cabal é que, na última medida “modernizadora” enviada pelo escroque ao Congresso Nacional está incluída a extinção das duas fontes principais de financiamento federal à Cultura Brasileira: o Fundo Nacional de Cultura e o Fundo Setorial do Audiovisual. Escondidas, desvalorizadas, comandadas por ineptos, sem orçamento. Qual será o destino das instituições?

Felizmente, leitor, a história não ensina que estes pesadelos não costumam durar muito. Não se apaga a Cultura de um povo – menos ainda uma Cultura rica e pujante como a brasileira – por decreto. A loucura e a estultice como forma de governo têm vida curta. Apedreadas só conseguem se fingir de sábios por pouco tempo. As forças vivas da Nação, os setores comprometidos da sociedade reagem e recolocam os tipos em seus devidos lugares: uns no ostracismo, outros na cadeia, o resto no manicômio.

(* Presidente do CPC-UMES)



Um bolsonarista do ano de 1243 dedica-se ao seu esporte favorito: queimar livros



Sete ex-ministros da Cultura condenaram a censura e os ataques bolsonaristas

Ex-ministros condenam retrocesso na Cultura: “Censura se combate”

A Associação de Produtores de Teatro (APTR) realizou no Galpão Gamboa, na Zona Portuária, do Rio de Janeiro, o evento “Cultura, Liberdade de Expressão e Democracia” que reuniu sete ex-ministros da Cultura de gestões de Fernando Collor a Michel Temer, políticos, artistas e produtores culturais, na segunda-feira (11), para debater liberdade de expressão e democracia no governo Bolsonaro.

O evento foi organizado depois da nomeação de Roberto Alvim para comandar a Secretaria Especial de Cultura, que foi transferida do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo, na semana passada.

Os ex-ministros da pasta participaram do evento: Gilberto Gil, Francisco Weffort, Luiz Roberto Nascimento e Silva, Marta Suplicy, Ana de Hollanda, Marcelo Calero e Sérgio Sá Leitão. O ator Marco Nanini celebrou o encontro realizado no Rio de Janeiro. “Estamos começando uma mobilização. Lutamos contra a ditadura, numa época em que a censura não era camuflada, a gente sentia na carne. Poder ver todos estes ex-ministros juntos e ouvi-los foi muito importante”, disse.

“É incrível, em novembro de 2019, nós — produtores, artistas e intelectuais — estamos reunidos para falarmos sobre liberdade de expressão e democracia”, afirmou o organizador do evento Eduardo Barata, presidente da associação. **FRENTE AMPLA** Marta Suplicy defendeu uma frente ampla pluripartidária para o setor e parafrazeou a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Carmen Lúcia e afirmou que “censura a gente não debate, a gente combate”.

Segundo Marta “estão cortando o oxigênio da Cultura do nosso país”.

A ex-ministra relembra que os bolsonaristas estão criando um medo muito grande. “As pessoas começaram a temer sair nas ruas”. “É um espanto ver o filho do presidente falar em AI-5”, considerou.

Para Marta, é necessário se unir as forças contra o governo Bolsonaro. “A frente ampla é o que podemos fazer para barrar este retrocesso civilizatório que estamos vivendo”, disse.

“A ditadura caiu quando nós nos unimos, quando o que passou a imperar foi uma defesa fundamental da democracia e da livre expressão. E é isso que nós precisamos ter agora, uma união de todos, uma frente

lutando pelo fortalecimento dos investimentos na área de cultura, com a certeza da importância que tem o tema. E, claro, o investimento na área de cultura é fundamental somado a nossa liberdade de expressão, que é um país que vai crescer, que quer ser próspero e a democracia precisa garantir isso para a nossa população”, disse Maia.

O deputado federal Marcelo Calero (Cidadania-RJ), ministro da Cultura no governo Temer apontou a intenção de Bolsonaro em destruir com a cultura. “É preciso entender que há hoje uma intenção deliberada de destruição da cultura. Precisamos dobrar nossa aposta para resistir, e peço para que os artistas não cedam à autocensura”, disse Calero.

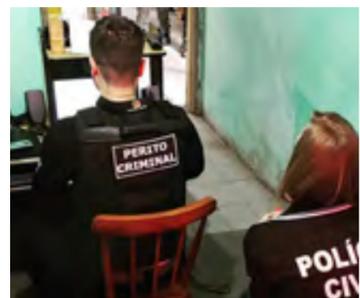
Calero ganhou apoio dos demais ex-ministros para a apresentação de um projeto de decreto legislativo para revogar a medida do presidente Jair Bolsonaro. Gilberto Gil afirmou que grande parte da estrutura administrativa montada até pouco tempo atrás exigiu trabalho árduo e está sendo desmantelada.

“Recusada à instituição governamental da Cultura o status de ministério, estatutária e prestígio, reduzida a um lugar secundário na estrutura do governo, que ela possa estar à altura de suas responsabilidades para o país no seu sentido mais amplo e mais profundo. Queremos a consideração e o respeito às conquistas do nosso passado e uma visão mais generosa do nosso futuro”, disse Gil, sob aplausos.

ESPETÁCULO CANCELADO E ENCENADO Após a exibição de um vídeo com atos considerados censura na área cultural, a atriz Carolina Virguez fez uma apresentação do trecho final de “Caranguejo overdrive”. A cena faz um resumo da vida política no Brasil após a redemocratização, razão pela qual teria sido vetada da programação da mostra “CCBB — 30 anos de Cias”, em setembro.

Na plateia, estavam os atores Guilherme Weber, Camila Morgado, Bruce Gomlevsky e Maitê Proença; a diretora Bia Lessa; o cineasta Silvio Tendler, e os produtores de cinema Lucy e Luiz Carlos Barreto.

Além dos ex-ministros, integraram a mesa a deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ), da comissão de Cultura da Câmara, o deputado estadual Eliomir Coelho (PSOL-RJ, da comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Rio)



Polícia Técnica também é responsável por perícias e pelo IML do estado

Witzel quer cortar 86% da verba para perícia criminal

O governo de Wilson Witzel (PSC) enviou para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro proposta de orçamento em que corta 86% da verba destinada à Polícia Técnica, responsável pelas perícias criminais no estado.

A Polícia Técnica do Rio de Janeiro é vinculada à Polícia Civil. O corte consta no projeto de orçamento de 2020, que foi enviado para a Alerj pelo governo Witzel. As rubricas para esse fim somam apenas R\$ 841.347,00 — 86% a menos do que os mais de R\$ 6,1 milhões aprovados para este ano ainda durante o governo de Luiz Fernando Pezão (MDB).

A Lei de Orçamento Anual define as diretrizes para a aplicação de recursos públicos. Além das perícias, a Polícia Técnica é responsável por outros órgãos essenciais para a elaboração de provas técnicas em investigações de homicídios e de ações do crime organizado, como o IML (Instituto Médico-Legal).

De acordo com relatório divulgado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), órgão responsável por compilar as estatísticas criminais do Rio, até o primeiro semestre de 2018 apenas 20% das mortes violentas do Rio eram elucidadas — no caso apenas dos homicídios dolosos, esse percentual cai para 16%.

Recentemente, as autoridades do Rio foram alvo de críticas por supostos problemas em laudos de casos de grande repercussão, como a apuração para chegar nos responsáveis pela morte da menina Aghata Felix, 8, morta em setembro com um tiro nas costas no Complexo do Alemão.

A presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, a deputada estadual Renata Souza (PSOL-RJ) lembra que, sob a gestão de Witzel, o Rio vem registrando recordes históricos de mortes em confronto com as polícias.

Para ela, a proposta de orçamento reforça a percepção de que o governo prioriza o confronto nas comunidades em detrimento de ações de inteligência. “O governo aposta em uma lógica de aumentar o confronto retirando toda a possibilidade de investigação. Afinal de contas, o orçamento diz qual é a prioridade. Estamos vendo que a prioridade não é ter inteligência investigativa. Tudo isso é um retrocesso muito grande para a investigação criminal”, criticou.

Presidente da Comissão de Orçamento da Alerj e aliado de Witzel, Rodrigo Amorim (PSL-RJ) defende o governo. Segundo ele, diante da crise fiscal vivida pelo estado a prioridade é investir na capacitação dos policiais, o que estaria garantido no orçamento de 2020.

“A maior parte dos nossos recursos é destinada a pagar pessoal, há um esforço de manter a tropa na rua com os salários em dia. E o maior esforço. Os investimentos precisam ser investidos na qualidade da polícia e na capacitação. Desta forma, teremos uma polícia agindo com inteligência e tecnologia, com mais crimes desvendados e com mais eficácia”, argumentou.

Rodrigo Amorim é um dos deputados que quebraram a placa de Marielle Franco durante a campanha eleitoral junto a Witzel.

O orçamento total previsto para a área de segurança pública em 2020 permanece no mesmo patamar aprovado para este ano: pouco menos que R\$ 12,7 bilhões.

Deputados aprovam CPI do Vazamento de Óleo

A Câmara dos Deputados vai instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a origem das manchas de óleo que atingem as praias do Nordeste e do Espírito Santo. Proposta pelo deputado João Campos (PSB-PE) com o apoio de 267 parlamentares, a CPI do Vazamento de Óleo já recebeu o aval do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). A decisão consta de despacho divulgado nesta segunda-feira (18) e será lida no plenário nos próximos dias para que os líderes partidários indiquem os membros do colegiado.

“Esta presidência dá conhecimento ao Plenário da criação da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar as origens das manchas de óleo que se espalham pelo litoral do Nordeste, bem como avaliar as medidas que estão sendo tomadas pelos órgãos competentes, apurar responsabilidades pelo vazamento e propor ações que mitiguem ou cessem os atuais danos e a ocorrência de novos acidentes”, diz o despacho assinado por Maia.

Segundo o autor do requerimento que propôs a criação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, o colegiado vai apurar a origem do óleo, estudar quais punições podem ser aplicadas aos responsáveis pelo desastre ambiental que desde setembro atinge o Nordeste, avaliar o trabalho de contenção do óleo coordenado pelo governo federal e também discutir medidas que possam evitar a ocorrência de novos desastres ambientais como esse. “Temos o direito de saber a origem desse óleo, além de avaliar a atuação dos órgãos responsáveis e buscar uma legislação ambiental mais adequada para esse tipo de desastre”, disse João Campos. No Twitter, o deputado lembrou que as primeiras manchas de óleo surgiram há mais de 75 dias e continuam sem a origem identificada.

MP do governo reduz FGTS e valor de multa por demissão



Governo apresenta programa que altera CLT e retira direitos trabalhistas



Desempregados agora passarão a pagar para cobrir isenção das empresas

Após isentar empresas, governo anuncia que irá taxar quem recebe o seguro-desemprego

O governo federal irá taxar os desempregados que recebem o seguro-desemprego para compensar as perdas na arrecadação após beneficiar empresas com o programa Verde Amarelo, lançado nesta semana.

Com isso, os trabalhadores que recebem o seguro-desemprego, hoje isentos, passarão a pagar de 7,5% a 8,1% de alíquota de contribuição ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

De acordo com o secretário especial de Previdência

e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, essa contribuição paga por quem recebe o seguro-desemprego será permanente, mesmo que o programa do governo não seja estendido.

O programa do governo foi lançado na segunda-feira, 11, e cria um novo contrato de trabalho voltado para os jovens entre 18 e 29 anos, com menos direitos trabalhistas.

O plano isenta empresas contratantes de pagar o

INSS, e agora o governo joga a conta nas costas dos mais necessitados. Hoje o valor do seguro-desemprego varia entre R\$ 998 e R\$ 1.735,29 e é calculado de acordo com a média dos salários dos últimos três meses antes da demissão, com o teto máximo de R\$ 1.735,29.

Atualmente, o desemprego atinge 13 milhões de pessoas no Brasil, e o subemprego (sem carteira assinada) 38,8 milhões de brasileiros, segundo o IBGE.

Medida Provisória de Bolsonaro impõe trabalho aos sábados e aumenta jornada de bancários

A Medida Provisória (MP) 905, que criou um novo modelo de contrato de trabalho com menos direitos, aumenta a jornada de trabalho dos bancários de 6h para 8h diárias e permite a abertura de agências aos sábados.

Apenas os caixas continuarão com a jornada anterior à publicação da MP, com 30h semanais, mas também poderão ter aumento de jornada caso haja "acordo ou convenção coletiva".

Após o anúncio da MP, o Comando Nacional dos Bancários solicitou reunião com a Federação Nacional dos Bancos (Febraban) para cobrar o cumprimento da

Convenção Coletiva de Trabalho vigente da categoria.

"Vamos deixar claro o nosso posicionamento de que o que vale é o que está acordado na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos bancários, que resguarda direitos ameaçados pela MP como a jornada de seis horas, o não trabalho aos sábados e domingos e as regras negociadas para o pagamento da PLR (Participação nos Lucros e Resultados). A CCT foi acordada e assinada por todos os bancos. Portanto, deve ser respeitada integralmente", diz a presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e uma das coordenadoras do Comando

Nacional dos Bancários, Ivone Silva.

"No mais, vamos lutar arduamente, nas ruas e redes, e também na pressão sobre os parlamentares, para derrubar essa medida provisória, que não passa de mais um ataque covarde deste governo aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Conclamo toda a categoria bancária a somar forças nessa mobilização. Nossa unidade e organização na luta sempre foram fundamentais para defender nossas conquistas. E dessa vez não será diferente. Só a luta nos garante", enfatiza Ivone.

Especialistas apontam inconstitucionalidades

O pacote de medidas intitulado Programa Verde Amarelo, enviado pelo governo ao Congresso na segunda-feira (11) por meio de medida provisória (MP 905), vem sendo apontado por entidades de juristas, advogados e especialistas da área como uma nova reforma Trabalhista. Para especialistas, o projeto é conflitante com pontos da Constituição definidos como direitos dos trabalhadores.

Uma das questões apontadas como inconstitucional é a redução da

contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que cairá de 8% para 2% nos novos contratos.

De acordo com o professor de direito do trabalho da FGV-SP, Luiz Guilherme Migliora, a redução da contribuição do FGTS pode ser questionada porque o Fundo é um direito constitucional.

"Embora a Constituição não cite a alíquota do FGTS, quando foi criado o fundo, foi determinada uma alíquota de 8% para que a contribuição representasse um salário anual.

Se o percentual diminui, alguém pode alegar que o objetivo do fundo está sendo mudado, pois não representará mais um salário no ano", disse Migliora.

Para ele, as novas regras podem também precarizar o emprego já existente, permitindo a substituição de funcionários para pagar um salário menor. Isso porque o projeto permite que um trabalhador que já atue numa empresa pode ser demitido e recontratado, após seis meses, pelo novo modelo de contrato.

Contrato "Verde e Amarelo" reduz direitos, limita salário e institui jornada no domingo

O governo lançou na segunda-feira, 11, em cerimônia no Palácio do Planalto, o programa Verde Amarelo, que flexibiliza ainda mais as relações de trabalho. O objetivo é submeter os jovens, entre 18 e 29 anos, a um contrato de trabalho precário, com direitos trabalhistas reduzidos.

De acordo com o anúncio do governo, a contratação é temporária, com duração de dois anos. Nesse período as empresas contratantes ficam isentas da contribuição patronal do INSS (de 20% sobre os salários), das alíquotas do Sistema S, do salário educação e do Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Além disso, a contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), paga pela empresa, também cairá dos atuais 8% para 2%. O valor da multa rescisória, em caso de demissão sem justa causa paga ao trabalhador, também será reduzido passando dos atuais 40% para 20%.

Outra medida de arrocho ao trabalhador jovem prevista no projeto do governo é limitar os salários dos contratados. Segundo o projeto, "poderão ser contratados na modalidade de Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, os trabalhadores com salário-base mensal de até um salário-mínimo e meio nacional".

O programa vai ainda "flexibilizar" o trabalho aos domingos e feriados para os contratados na nova modalidade de emprego, acabando com a obrigatoriedade de o descanso semanal ser aos domingos. Com isso, o descanso poderá ser ofertado "preferencialmente aos domingos".

Segundo o projeto, em seu Art. 68, "fica autori-

zado o trabalho aos domingos e aos feriados". Ainda de acordo com o projeto, "o repouso semanal remunerado deverá coincidir com domingo, no mínimo, uma vez no período máximo de quatro semanas para os setores de comércio e serviços e, no mínimo, uma vez no período máximo de sete semanas para o setor industrial".

A regra do trabalho aos domingos foi recentemente rejeitada pelo Senado, quando da votação da chamada "MP da Liberdade Econômica", outra das medidas do governo que retirou direitos dos trabalhadores.

O argumento apresentado pelo governo para o pacote foi o de que o novo modelo de contrato de trabalho irá incentivar a qualificação profissional e gerar mais empregos, só não explicou exatamente como, já que, desde o governo anterior, se comprovou que a retirada de direitos via reforma trabalhista não gerou mais empregos. Ao contrário, elevou o número de desempregados.

Atualmente, a população jovem – entre 18 e 24 anos – sofre com uma taxa de desemprego duas vezes maior do que a taxa geral. Os dados são do 2º trimestre deste ano, divulgados pelo IBGE. Segundo o instituto, a desocupação entre os jovens está em 25,8%, enquanto o geral da população 12%. Com isso, são 4,038 milhões de jovens estão sem emprego no país.

Inicialmente o programa também se estenderia a trabalhadores com mais de 55 anos, mas segundo a equipe econômica do governo, esse segmento ficará para depois. O programa deverá ser criado por medida provisória, que passa a valer imediatamente, mas ainda passará por apreciação do Congresso Nacional.

'Reforma trabalhista mostrou que cortar direitos não gera emprego', afirmam Procuradores do Trabalho

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) repudiou, em nota pública divulgada na terça-feira, as medidas do Programa Verde e Amarelo enviadas ao Congresso pelo governo na última segunda-feira.

Segundo a entidade, a edição da Medida Provisória (MP) 905/2019 "é inconstitucional" e configura uma nova reforma trabalhista, a exemplo da reforma trabalhista de Temer, criada sob o mesmo pretexto de criar novos empregos e que em nada resultou.

"Passados dois anos da vigência da Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), que alterou mais de 100 artigos e cerca de 200 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho para implementar supressões e reduções de direitos e garantias processuais dos trabalhadores brasileiros, sob idêntico pretexto, os dados estatísticos do mercado de trabalho demonstram que nenhuma melhoria nos dados de emprego se alcançou com as ditas reformas. O que vemos, atualmente, e os dados do IBGE são cristalinos, é o aumento da informalidade no 'mercado de trabalho' e a manutenção dos altos níveis de desemprego em todo o país", afirma

a Associação.

Segundo a entidade, o Contrato Verde Amarelo "causa extrema preocupação, pois reduz direitos trabalhistas a pretexto de gerar novos empregos, além da investida contra as atribuições da inspeção do trabalho".

O documento diz ainda que a medida representa uma "nova e profunda 'Reforma Trabalhista', alterando cerca de 60 artigos e 150 dispositivos da CLT e revogando outros 37 dispositivos atualmente vigentes do principal diploma trabalhista do país, além de inúmeras outras alterações em leis trabalhistas esparsas".

E faz um alerta "quanto à sua preocupação com o futuro do trabalho no nosso país, posicionando-se contra o incansável movimento governamental de supressão de direitos sem a correspondente promoção de políticas econômicas de geração de emprego e renda".

Ao final do documento, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho informa que "tomará as medidas jurídicas necessárias a resguardar a independência e a autonomia do Ministério Público do Trabalho e a independência funcional de seus membros".



Servidores protestam contra pacote RS: servidores tomam as ruas e aprovam greve contra pacote de arrocho de Eduardo Leite

Em protesto contra o pacote apresentado pelo governador Eduardo Leite (PSDB), cerca de 30 mil servidores gaúchos tomaram as ruas de Porto Alegre na tarde desta quinta-feira (14).

A caminhada seguiu para a Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini, sede do governo do Estado. Os professores gaúchos aprovaram greve da categoria a partir de segunda-feira (18).

A chamada Reforma Estrutural do Estado anuncia mudanças na Constituição Estadual, no Estatuto dos Servidores Cíveis, no Estatuto dos Servidores Militares, no plano de carreira dos professores estaduais e nas regras das aposentadorias do funcionalismo.

Trata-se de seis projetos de lei, um projeto de lei complementar e uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). A maioria dos textos foi encaminhada pelo governador com regime de urgência, exceto a PEC que não tem exigência de tempo, em função da legislação vigente.

Em nota, a Frente dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul afirma que tais medidas seguem a mesma lógica que as do governo Bolsonaro: "Responsabiliza e criminaliza os servidores impondo-lhes a culpa pela incapacidade do governo de gerir a política fiscal e arrecadatória do Estado."

Os servidores denunciam que as medidas apresentadas propõem um ajuste fiscal baseado na redução salarial através da extinção de diversas vantagens, além do congelamento do reajuste dos salários, já "sem reposição da inflação há cinco anos, acumulando perdas superiores a 30%, segundo o INPC/IBGE [Índice Nacional de Preços ao Consumidor]".

PROFESSORES

Para o Magistério, o governo propõe alterar a matriz salarial dos professores, com a instituição de subsídio. De acordo com o Sindicato dos Professores e Funcionários de Escola do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), essa medida representa o fim da carreira dos docentes estaduais. Segundo a entidade, o projeto "extingue de forma expressa os adicionais e as gratificações por tempo de serviço".

"Trata-se, portanto, do fim do conceito de carreira, em que os servidores têm suas remunerações acrescidas pelo tempo de serviço, fazendo com que o servidor em início e final de carreira recebam o mesmo numerário. Tal ataque deixa todos à mercê da vontade política do Governo na concessão de aumentos e reajustes, representando um congelamento eterno dos vencimentos, em verdadeiro arrocho salarial".

"O governador quer penalizar ainda mais a nossa categoria, que já sofre com o parcelamento e o atraso dos salários e não tem um centavo de reajuste há anos. Ele quer que a gente pague pela crise do Estado. Não podemos pagar esta conta. Se este pacote passar, nosso salário ficará ainda menor e serão retirados direitos históricos", observou a professora da escola Darcy Peixoto da Silveira, do município de Cristal, Juliana Corvello Lacerda.

PREVIDÊNCIA

O governo de Eduardo Leite quer "adequar" a reforma da Previdência de Bolsonaro aos servidores estaduais e propôs uma idade mínima de aposentadoria que passa a ser de 62 anos às mulheres e de 65 anos aos homens, com exceções e critérios diferenciados a militares e professores.

Como justificativa o governo estadual apresenta "déficits" englobando o total dos servidores civis e militares, sem separação, assim como Bolsonaro apresentou seu projeto de reforma, contabilizando previdência dos trabalhadores do setor privado, do setor público e dos militares, regimes completamente diferentes entre si. Desta forma, o documento induz a atribuição de um déficit de R\$ 3,5 bilhões a mais para os servidores civis.

BRIGADA MILITAR

As medidas apresentadas também atacam os direitos da Brigada Militar (BM). José Clemente, presidente da Associação Beneficente Antônio Mendes Filho (Abamf), sindicato que representa os cabos e soldados da BM, afirmou que a medida que mais tem alarmado os brigadianos é a proposta de criação de uma parcela autônoma para substituir os avanços automáticos, como triênios e os aumentos concedidos quando os policiais completam 15 e 25 anos de serviço.

"O conjunto de medidas é danoso aos servidores, talvez com alguma rara exceção [...] O governo fala que vai regulamentar essa parcela autônoma em lei, só que não existe essa lei e não fala quando vai ser regulamentada", pontua".

Chile: oposição e governo chegam a acordo para convocar Constituinte



A exigência de uma nova Constituição tomou as ruas do Chile

Com pavor de parar na cadeia, Netanyahu apela a histeria racista: "Queimem tudo!"

"Queimem tudo", incitou o primeiro-ministro de Israel, no sábado, ao convocar seus seguidores para um ato em Tel Aviv para "protestar contra um governo apoiado pelos partidos árabes", liderado pelo opositor, Benny Gantz.

O opositor recebeu apoio dos deputados da lista conjunta de maioria árabe, que elegeram 13 deputados de um total de 120, para formar governo.

Ele tem até quarta-feira para anunciar um governo de maioria (com 61 parlamentares) ou de minoria, que teria em torno de 55 apoios e mais, no mínimo, 6 abstenções. As negociações estão a pleno vapor e, até agora, não se sabe se Gantz conseguirá o feito de tirar Netanyahu do poder, ou se haverá uma terceira eleição no mesmo ano.

Mas, basta a possibilidade de vir a ficar mais exposto a um período de reclusão, para fazer com que Bibi apresente-se totalmente desequilibrado e projetando seu desvario no adversário que teria "perdido o juízo" e apelando "parem esta loucura".

Ao discursar no ato, Bibi Netanyahu acrescentou que tal governo seria "ataque nacional ao Estado de Israel" e também seria "celebrado em Teerã, Ramala e Gaza".

Dias antes, em uma conferência de seu bloco, o Likud, Netanyahu acusou um dos principais deputados árabes israelenses, Ahmad Tibi, de haver lido no Knesset, parlamento israelense, o nome de "terroristas mortos em Gaza" no ataque de 2014.

Tibi entrou com uma quei-

xa junto ao Comitê de Ética do Knesset, denunciando as declarações de Bibi como "caluniosas, difamatórias e humilhantes". Segundo o deputado árabe, tais declarações "rebaixam o nível do debate público e são incitamentos que podem levar a violência física contra deputados eleitos".

Tibi acrescenta que, "após a conferência, ele e sua família enfrentaram um aumento em incidentes de agressões e ameaças por telefone e nas redes sociais".

Não é de hoje que Netanyahu apela para o incitamento racista contra os árabes. Na última das eleições através da qual alcançou mais um mandato ministerial, chamou os judeus a votarem em massa inventando que "os árabes, convocados pela esquerda, estariam indo em 'manadas' às urnas, colocando em risco a característica judaica de Israel".

Mais recentemente, após o último resultado eleitoral, que deu vitória ao opositor, Benny Gantz, disse que "os árabes vão nos aniquilar".

Mas agora, desceu mais um degrau em sua degradação abertamente racista, devido ao medo pânico da formação de um governo comandado pelo opositor Benny Gantz o que lhe tiraria o mandato de primeiro-ministro e às vésperas do anúncio de indiciamento por parte da Procuradoria Geral em três processos por "fraude, suborno e quebra de confiança" (caso tenha que enfrentar estes processos apenas como deputado, será julgado em um tribunal de primeira instância, em Tel Aviv, por um juiz especializado

nos chamados crimes de colarinho branco mas, se estiver no cargo de premiê quando da denúncia, será julgado por um tribunal de segunda instância, com três juízes, em Jerusalém onde, acredita, terá mais chances de absolvição).

Dias atrás, ordenou um ataque provocativo, matando extrajudicialmente um comandante da facção palestina Jihad Islâmica, o que gerou, como resposta, uma saravada de ataques sobre diversas cidades ao sul de Israel, tudo isso com o intuito de trazer à tona a paranoia anti-árabe - de que seriam os árabes que atuam para destruir Israel e não o inverso, ou seja, de que é o regime israelense que tem atuado de forma sistemática para obstaculizar o desenvolvimento dos palestinos e a materialização de seu Estado soberano e independente - não hesitando em matar palestinos em Gaza e trazer risco de vida para os israelenses com o intuito egoísta de se safar da obrigação de pagar pelas transgressões de corrupção que cometeu.

Além do aspecto horrendo e odioso desta sanha racista, Netanyahu ameaça a sociedade israelense - na qual se mantém, apesar de toda a tensão, uma convivência entre os palestinos que ficaram em Israel depois da limpeza étnica de 1948 e os judeus que vieram das mais diversas partes do mundo, ou nasceram em Israel, após a sua fundação - de uma fratura que só pode levar à violência e à degeneração em termos de convívio e existência.

NATHANIEL BRAIA

Estudantes gregos protestam contra governo que sucede Tsipras e aprofunda sua submissão ao FMI

Milhares de pessoas se manifestaram, no domingo, 17, em várias cidades da Grécia, contra o atual governo direita e para lembrar o 46º aniversário da revolta de estudantes contra a ditadura que governava o país na época, apoiada pelos Estados Unidos. O regime, combatido heroicamente pelo povo grego, terminou no ano seguinte, em 1974.

Em Atenas, desfilaram mais de 20 mil estudantes, trabalhadores e moradores em geral, em memória das dezenas de mortos durante a repressão que o levante estudantil sofreu no Colégio Politécnico da capital. Outras 10 mil pessoas saíram às ruas de Tessalônica, segunda cidade da Grécia, onde houve enfrentamentos com a polícia.

Os manifestantes denunciaram durante estas marchas as medidas de arrocho impostas ao país pelo Fundo Monetário Internacional, FMI, e pela União Europeia, EU, durante a crise da dívida.

Nas eleições de julho passado o povo grego pôs fim ao governo de Alexis Tsipras, que se elegeu em 2015 prometendo enfrentar o arrocho da Troika e até encenou um referendo, cujo rotundo "não" dado por 62% dos votantes foi imediatamente traído, com adesão instantânea ao austericídio, depois da ameaça do então ministro das Fi-



Governo quer permitir repressão nas universidades

anças alemão de expulsar a Grécia do euro. Tsipras governou com a mais pura cartilha neoliberal e não foi surpresa perder as eleições, permitindo que voltasse ao poder a Nova Democracia (ND) - a velha direita grega -, e assim o ex-banqueiro Kyriakos Mitsotakis tomou posse como primeiro-ministro.

Por isso, este ano o clima é particularmente tenso quando, menos de um mês depois de assumir, Mitsotakis aboliu a lei de "asilo universitário".

Herdada da rebelião estudantil de 17 de novembro de 1973, esta lei, que proibia a entrada da polícia a um recinto universitário, era sinônimo do retorno da Grécia à democracia.

A abolição dessa lei que fere a autonomia universitária, conquistada por anos de luta estudantil, tem suscitado várias manifestações de protesto. O ato deste domingo condenou a votação, ocorrida na quin-

ta-feira passada no parlamento grego, acerca do endurecimento das penas de cárcere para a violência urbana, sem definir a que isso se refere. Os estudantes interpretam que abre espaço a mais formas de repressão contra as manifestações.

"Abaixo o governo de direita", "Abaixo a privatização da Grécia", diziam algumas das faixas levadas pelos manifestantes. Pelo menos uma bandeira dos Estados Unidos e outra da União Europeia foram queimadas, em momentos de enfrentamento com as forças de segurança.

Também houve cartazes contra o ataque às leis trabalhistas e educativas por parte do atual governo, além de palavras de ordem contra o presidente dos EUA, Donald Trump.

Tsipras, fazendo de conta que ele não teve nada a ver com a situação em que o país está, participou da marcha. Vestido em uma



Líderes do PSOE e UP anunciam acordo PSOE e UP se juntam para formar "governo progressista" após eleições na Espanha

Dois dias após as eleições gerais espanholas, os líderes do partido socialista (PSOE) e primeiro-ministro em exercício da Espanha, Pedro Sánchez, e da coligação Unidas Podemos (UP), Pablo Iglesias, anunciaram um acordo para a formação de um "governo de coalizão progressista". Ainda não foram divulgados os detalhes da estrutura do acordo, mas a expectativa é a situação avance para desbloqueio do impasse político e que se forme um governo de coalizão mais amplo.

O pacto ainda não está selado porque os dois partidos agora deverão trabalhar juntos para buscar a maioria de deputados. O PSOE, que venceu as eleições no último domingo, agora tem 120 deputados, e o UP, 35, mas para alcançar a maioria e poder governar eles precisam de 176 deputados.

Esta foi a segunda eleição geral em sete meses, e a quarta em quatro anos, porque segundo as regras espanholas, após as eleições os partidos devem pactuar acordos para chegar em maiorias, caso contrário as eleições precisam ser repetidas. Pedro Sánchez havia ganhado as eleições de abril, mas não conseguiu, em seis meses, concretizar uma aliança com o bloco de esquerda constituído pela Esquerda Unida e o Podemos, denominado Unidas Podemos. O anúncio feito nesta terça-feira (12), portanto, foi recebido com surpresa, e logro do pacto, Iglesias assumiria a vice-presidência.

Sánchez e Iglesias também firmaram e apresentaram um documento com as bases do acordo, com ideias gerais sobre "a proteção dos direitos sociais", frente a desaceleração econômica que se aproxima.

O primeiro ponto do documento destaca "consolidar o crescimento e a criação de emprego. Combater a precariedade do mercado laboral e garantir trabalho digno, estável e de qualidade". E segue com "o combate à corrupção e a proteção dos serviços públicos, especialmente educação, saúde pública".

Também tem destaque a "proteção das aposentadorias de nossos idosos: garantir a sustentabilidade do sistema público de pensões e sua reavaliação de acordo com o custo de vida".

O documento também aborda questões como habitação com um direito; ciência como motor da inovação econômica; defesa da cultura; luta contra as mudanças climáticas; mais direitos para a população; e políticas feministas para garantir segurança, independência e liberdade.

Sobre a Catalunha, que viveu meses de confrontos em torno da questão separatista, apostam no diálogo: "Para garantir a coexistência na Catalunha: o governo da Espanha terá como prioridade garantir essa coexistência e a normalização da vida política. Para esse fim, será encorajado o diálogo na Catalunha, buscando fórmulas de entendimento e encontro, sempre dentro da Constituição. O Estado de autonomias também será fortalecido para garantir a provisão adequada dos direitos e serviços de sua competência. Garantimos a igualdade entre todos os espanhóis".

Por último, destacam justiça fiscal e equilíbrio orçamentário, "a avaliação e o controle dos gastos públicos são essenciais para a manutenção de um estado social sólido e duradouro. O governo promoverá políticas sociais e novos direitos sob os acordos de responsabilidade fiscal da Espanha com a Europa, graças a uma reforma tributária justa e progressiva na qual os privilégios fiscais são eliminados".

Em coletiva de imprensa, Sánchez destacou que "os espanhóis falaram e cabe a nós superar o bloqueio. Não conseguimos esse acordo, embora estivéssemos muito próximos. Estamos cientes da decepção que isso significou entre os progressistas", mas afirmou que "o projeto político é tão empolgante que supera qualquer tipo de desacordo que possamos ter tido nos últimos meses. Nosso país precisa urgentemente de um novo governo".

Iglesias afirmou que, "alcançamos um pré-acordo para formar um governo de coalizão progressista na Espanha que trabalhe pelo diálogo para combater a crise territorial e pela justiça social para frear a extrema-direita. É momento de deixar para trás qualquer censura. É uma verdadeira honra trabalhar no governo".

Se aprovado, o novo governo terá como desafio administrar uma Espanha que a pesar de crescer acima da média europeia, sofre grave desaceleração econômica e um grande problema de geração de emprego (fica o desafio de superar a questão do trabalho temporário precarizado). Na semana passada a Comissão Europeia reduziu as previsões de crescimento para 1,9%, e a última pesquisa de população ativa mostrou que a criação de empregos retorna à níveis de 2012. Isso sem falar, claro, da crise na Catalunha.

CAMILA SEVERO, de Madri

Espanha: Sánchez só deixa hegemonismo de lado após partido xenófobo Vox inchar

Após a porteira arrombada - a ascensão dos extremistas do Vox como a terceira força do parlamento -, o líder dos socialistas espanhóis Pedro Sánchez, em um recuo do hegemonismo que prevaleceu desde abril, anunciou, ao lado do líder da coalizão Unidas Podemos (UP), Pablo Iglesias, a formação de um governo das forças democráticas para "frear a extrema-direita".

Em abril, ao vencer com 123 cadeiras, ao mesmo tempo em que a UP alcançava 42 e a direita tradicional despencava para 66, o sucesso lhe subiu à cabeça e não houve jeito de fazer

Sánchez mudar de ideia, apesar de todos os esforços da UP.

Note-se que o sucesso da "geringonça" no vizinho Portugal, que permitiu uma ação concertada dos setores democráticos mais avançados, com base na superação dos aspectos mais nefastos do arrocho da Troika, constituiu um alento para que algo fosse viabilizado.

Também a ascensão, por toda a parte, na Europa de partidos com tons fascistas, ao que se somava na Espanha a crise da Catalunha, desaconselhavam prepotências.

ANTONIO PIMENTA

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Com o país conflagrado durante um mês, o governo Piñera acabou cedendo e fechou acordo com a oposição para atender aos chilenos que exigem uma Constituinte que supere o arremedo de Carta engendrada por Pinochet

Aos 28 dias do início do levante social no Chile, o parlamento do país andino anunciou na madrugada da sexta-feira, 15, um acordo para a elaboração de uma nova Constituição que supere a atual, elaborada pela ditadura de Pinochet.

A reforma da Constituição é considerada decisiva para conseguir a pacificação do país, depois de semanas de marchas, greves, enfrentamentos em distintos lugares, mas com maior peso na capital, Santiago, e que não cederam diante da repressão por parte das forças de segurança, os carabinieri; uma brutalidade de que já deixou um saldo de 22 mortos e milhares de feridos e detidos.

Jaime Quintana, presidente do Senado (pelo Partido Pela Democracia, PPD), confirmou que os legisladores dos partidos políticos que apoiam o governo de Sebastián Piñera acordaram com os da oposição avançar na redação de uma Carta Magna.

Desde o início de outubro, multidões de chilenos têm realizado manifestações que começaram contra o quarto aumento do preço do metrô e cresceram rapidamente para exigir históricas reivindicações sociais, como educação pública gratuita, aumento das aposentadorias e pensões, aumentos salariais, somadas ao acesso a direitos básicos, como transporte, saúde e moradia dignos. As bandeiras levantadas se concentraram na exigência de uma nova Constituição que abraçe os direitos do povo todo.

Após dias de negociações, a proposta divulgada nesta sexta-feira, chamada "Acordo pela paz social e pela nova Constituição", estabelece que o plebiscito

inicial - defendido desde o início pela oposição - terá duas perguntas. Na primeira, o eleitor deve se pronunciar sobre se apoia ou não uma mudança constitucional. A segunda pergunta é sobre dois mecanismos para a elaboração da Carta Magna: por "Convenção Mista Constitucional", composta 50% por parlamentares e 50% por eleitos para a constituinte; ou por "Convenção Constitucional", com 100% de escolhidos apenas com o objetivo de atuar na redação do texto.

"Esta noite é histórica para o Chile, somos responsáveis, efetivamente, por muitas das injustiças que os chilenos nos apontaram", foram algumas das frases que pronunciou o presidente do Senado, que encabeçou uma coletiva de imprensa conjunta, enfatizando que se trata de uma "saída pacífica e democrática da crise", e que "é uma vitória de toda a cidadania" porque se trata de uma saída institucional "cujo objetivo é buscar a paz e a justiça social".

O acordo inclui também que o plebiscito se convoque para abril do próximo ano e que qualquer acordo a que chegue a instância que será criada requererá o apoio de 2/3 de seus membros para sua aprovação.

A eleição dos constituintes se efetuará em outubro do próximo ano, junto com as eleições de governadores regionais e prefeitos. O prazo de funcionamento da instância será de 9 meses, prorrogável uma só vez por outros três meses.

Uma vez redigida a nova Carta Magna, esta será submetida a sua ratificação em outro plebiscito mediante sufrágio universal obrigatório.

A íntegra do acordo pode ser lida em: www.horadopovo.com.br



230 chilenos já perderam a visão por ataques a bala

Deputados europeus denunciam crimes da repressão no Chile

Os deputados Miguel Urban e Idoia Villanueva, membros da coalizão espanhola Unidas Podemos, visitaram o Chile em representação do grupo de partidos socialistas e comunistas do Parlamento Europeu, e concluíram que a repressão executada pelas forças de segurança às manifestações e protestos no país apresentam total semelhança à exercida durante os últimos anos da ditadura de Pinochet.

"Hoje temos denunciado na reunião da esquerda europeia as graves violações de direitos humanos que tem cometido o Governo de Piñera no Chile", afirmaram em informe dirigido à Alta Representante da União Europeia para Assuntos Exteriores e Política de Segurança, Federica Mogherini.

Os deputados solicitaram a Mogherini que exija às autoridades chilenas o fim da repressão e peça informações e explicações sobre a atuação dos corpos de policiais durante as manifestações contra o presidente Sebastián Piñera.

No documento, Urban e Villanueva pediram à Alta Representante expressar a solidariedade da União Europeia ao povo chileno que não comete nenhum delito e sim exige seus direitos e uma sociedade mais justa através de uma série de reformas sociais, econômicas e políticas.

Também instaram à UE fazer valer a cláusula de democracia do Acordo de Associação Econômica (AAE), que contempla a suspensão do pacto se em um dos países os direitos humanos não são respeitados.

Segundo Idoia Villanueva, é importante assinalar que o Chile "é um exemplo a mais dentro de uma tendência global de criminalização dos protestos e perseguição de defensores dos Direitos Humanos", uma questão que "está sendo silenciada".

Para Urban, esse silêncio se deve a que o "Chile tem sido o aluno mais qualificado das políticas liberais" e a Europa não quer reconhecer o "esgotamento do neoliberalismo". Um "modelo insustentável que gera desigualdade", nas palavras do eurodeputado.

"A União Europeia não pode olhar para o outro lado", assinalou Urban, que lamentou que muitos dos grupos parlamentares da Europa "se recusem a condenar a repressão no Chile".

O Instituto Nacional de Direitos Humanos (INDH) divulgou que, em um mês, foram contabilizados 2.009 feridos nos hospitais e 22 mortos confirmados pelo próprio governo. Em um dos crimes mais brutais, pelo menos 230 manifestantes foram atingidos nos olhos e perderam a visão.

Linera: O ódio ao índio

“O ódio racial só pode destruir; não é um horizonte, não é mais que uma primitiva vingança de uma classe histórica e moralmente decadente que demonstra que, detrás de cada mediocre liberal, se esconde um consumado golpista”.

ÁLVARO GARCÍA LINERA*

Como uma espessa névoa noturna, o ódio percorre vorazmente os bairros das classes médias urbanas tradicionais da Bolívia. Seus olhos transbordam de ira. Não gritam, cospem; não reclamam, impõem. Seus cânticos não são de esperança nem de irmandade, são de desprezo e discriminação contra os índios. Montam-se nas suas motos, sobem em suas caminhonetes, se agrupam em suas fraternidades carnavalescas e universidades privadas e saem à caça de índios rebeldes que se atreveram a tirar-lhes o poder.

O chanceler do México, Marcelo Ebrard, recebe o presidente Evo Morales e o vice García Linera como exilados na capital mexicana.

No caso de Santa Cruz organizam hordas motorizadas 4x4 com garrote em mão para escarmentar os índios, aos que chamam “collas”, que vivem nos bairros periféricos e nos mercados. Cantam consignas de que “há que matar collas”, e se no caminho encontram alguma mulher de pollera [saia indígena típica] a golpeiam, ameaçam e cominam a ir-se de seu território. Em Cochabamba organizam comboios para impor sua supremacia racial na zona sul, onde vivem as classes carentes, e vão para cima – como se fosse um destacamento de cavalaria – de milhares de mulheres camponesas indefesas que marcham pedindo paz. Levam na mão tacos de beisebol, correntes, granadas de gás; alguns exibem armas de fogo. A mulher é sua vítima preferida; pegam uma prefeita de um município camponês, a humilham, a arrastam pela rua, batem nela, a urinam quando cai no chão, lhe cortam o cabelo, a ameaçam de lynchá-la, e quando se dão conta de que são filmados decidem lhe jogar tinta vermelha simbolizando o que farão com o seu sangue.

Em La Paz suspeitam de suas empregadas e não falam quando elas trazem a comida à mesa. No fundo lhes temem, mas também as desprezam. Mais tarde saem às ruas a gritar, insultam o Evo e, com ele, a todos estes índios que ousaram construir democracia intercultural com igualdade. Quando são muitos, arrastam a Wiphala, a bandeira indígena, a cospem, a pisam, a cortam, a queimam. É uma raiva visceral que se descarrega sobre este símbolo dos índios que gostariam extinguir da terra junto com todos os que se reconhecem nele.

O ódio racial é a linguagem política desta classe média tradicional. De nada servem seus títulos acadêmicos, viagens e fé porque, ao final, tudo se dilui perante a linhagem. No fundo, a estirpe imaginada é mais forte e parece aderida à linguagem espontânea da pele que odeia, dos gestos viscerais e de sua moral corrompida.

Tudo estourou no domingo 20, quando Evo Morales ganhou as eleições com mais de 10 pontos de distância sobre o segundo, porém já não com a imensa vantagem de antes nem o 51% dos votos. Foi o sinal que estavam esperando as forças regressivas na espreita: desde o timorato candidato opositor liberal, as forças políticas ultraservadoras, a OEA e a infável classe média tradicional. Evo tinha ganhado novamente, mas já não tinha 60% do eleitorado; estava mais débil e havia que ir para cima dele. O perdedor não reconheceu sua derrota. A OEA falou de “eleições limpas”, mas de uma vitória minguada e pediu segundo turno, aconselhando a ir contra a Constituição, que estabelece que se um candidato tem mais de 40% dos votos e mais de 10% de votos sobre o segundo é o candidato eleito. E a classe média se lançou à caça dos índios. Na noite da segunda-feira (21) foram queimados 5 dos 9 órgãos eleitorais, incluídas cédulas de votação. A cidade de Santa Cruz decretou uma greve cívica que articulou os habitantes das regiões centrais da cidade, ramificando-se a greve às zonas residenciais de La Paz e Cochabamba. E então se desatou o terror.

Bandos paramilitares começaram a assediarem instituições, queimar sedes sindicais, a incendiar os domicílios de candidatos e líderes políticos do partido do governo. Até o próprio domicílio privado do presidente foi saqueado; em outros lugares as famílias, seus filhos, foram sequestrados e ameaçados de ser flagelados e queimados se seu pai ministro ou dirigente sindical não renunciava a seu cargo. Havia-se desatado uma dilatada noite das facas longas, e o fascismo assomava às orelhas.

Quando as forças populares mobilizadas para resistir a este golpe civil começaram a retomar o controle territorial das cidades com a presença de operários, trabalhadores mineiros, camponeses, indígenas e moradores urbanos – e o balanço da correlação de forças se estava inclinando para o lado das forças populares – veio o motim policial.

Os policiais tinham mostrado durante semanas uma grande indolência e ineptidão para proteger o povo humilde quando era golpeado e perseguido por bandas fascitoides. Mas, a partir da sexta-feira, com o desconhecimento do comando civil, muitos deles mostraram uma extraordinária habilidade para agredir, deter, torturar e matar manifestantes populares. Claro, antes havia que conter os filhos da classe média e, supostamente, não tinham capacidade; porém agora, que se tratava de reprimir índios revoltosos, a ocupação, a prepotência e a fúria repressiva foram monumentais. O mesmo aconteceu com as Forças Armadas. Durante toda nossa gestão de governo nunca permitimos que saíssem a reprimir as manifestações civis, nem durante o primeiro golpe de Estado cívico de 2008. E agora, em plena convulsão e sem que nós lhes perguntássemos nada, assinalaram que não tinham elementos antidistúrbios, que apenas tinham 8 balas por integrante e que para que se façam presentes na rua de maneira dissuasiva se requeria um decreto presidencial.

*Vice-presidente da Bolívia, da Cidade do México, onde está asilado junto com Evo Morales.

Publicado em celag.org
Leia a íntegra do texto em
www.horadopovo.com.br

Manifestantes atraem militares a protestos contra golpe na Bolívia



Boliviano com a Wiphala - símbolo dos povos originários - confraterniza com militares.

Na 1ª audiência do impeachment Trump é acusado de usar “propina”

A primeira audiência pública do impeachment de Donald Trump na Câmara dos Representantes já trouxe uma mudança significativa: o tal ‘quid pro quo’ de que o presidente magnata era acusado – termo jurídico um tanto incompreensível – passou a ser abertamente chamado de “suborno”.

“Isso é suborno”, afirmou a presidente da Câmara, a democrata Nancy Pelosi, no dia seguinte da audiência televisada. “O que o presidente admitiu e diz ser perfeito, eu digo ser perfeitamente errado”.

“O suborno é para conceder ou reter assistência militar em troca de uma declaração pública de uma investigação falsa sobre as eleições”, enfatizou.

A ‘arma fumegante’ para a acusação de suborno é a informação, trazida pelo embaixador interino em Kiev, Bill Taylor, de que um assessor seu ouviu um telefonema do embaixador junto à União Europeia, Gordon Sondland, do ramo

hoteleiro e doador da campanha presidencial, em que este falava da questão diretamente com Trump.

A comissão aprovou a convocação para depor do assessor citado por Taylor, David Holmes.

Até aqui, Trump tem dito que tudo não passa de uma “caça às bruxas” de parte dos perdedores de 2016, e que ele fez tudo “correto”. Como supostamente estaria mostrado no resumo da transcrição do telefonema de julho para o presidente Volodymyr Zelenskyy, que – aliás – se viu forçado a liberar, tentando gerenciando os danos.

De acordo com a transcrição, Trump pediu a Zelenskyy “o favor” de investigar a interferência nas eleições de 2016 em favor dos democratas a partir da Ucrânia, além de escrutinar as lambanças do vice de Obama, e operador-chefe do golpe, Joe Biden, no submundo das empresas de gás natural da Ucrânia. À época do telefonema,

Biden era o pré-candidato presidencial democrata a 2020 melhor posicionado, o que já desandou.

Em suma, o clima no pântano de Washington que Trump prometeu drenar está, como diz o velho ditado carioca, que “em rio de piranha, jacaré nada de costas”.

Há rumores de que, se aparecer alguma “arma fumegante” realmente fumegante sobre o imbróglio da retenção da ajuda militar de quase US\$ 400 milhões, Trump já estuda fazer de seu advogado pessoal, Rudy Giuliani, o conveniente bode expiatório.

Cronistas dos bordeis de Washington apostam que não haveria como provar o ‘quid pro quo’ já que Trump não teria diretamente feito a oferta a Zelenskyy. E essa linha de argumentação que o depoimento público do embaixador Taylor deixou vulnerável.

A.P.

Leia matéria completa em
www.horadopovo.com.br

Black blocks colonialistas pró-EUA matam idoso e tocam fogo em outro, em Hong Kong

Dezenas de pessoas home-nagearam na sexta-feira (15) em Hong Kong o faxineiro de 70 anos que morreu após ser atacado com uma tijolada por black blocks na quarta-feira. Ele chegou a ser hospitalizado, mas não resistiu, e faleceu na quinta-feira.

“Ele tentava, com outras pessoas, remover pedras colocadas pelos manifestantes em um bloqueio de rua”, assinalou o jornal South China Morning Post. A agressão ocorreu no bairro de Sheung Shi, após a turba ter depredado a estação de metrô da rua Lung Wan. De acordo com uma fonte policial, o idoso resolveu tirar uma foto dos black blocks com o celular e tomou uma tijolada na cabeça.

“A situação do paciente se deteriorou continuamente. Ele faleceu”, afirmou um porta-voz do hospital Prince of Wales em Hong Kong em um comunicado.

Na segunda-feira a vítima foi um senhor de 57 anos, que rechaçara a investida de um grupo de black blocks e sobre quem estes lançaram um líquido inflamável e atearam fogo, queimando-o vivo, depois de já o terem espancado.

Leung Chi Cheung, pai de duas filhas e morador do bairro de Ma On Shan, a 20 quilômetros do centro financeiro, estava indo para uma consulta médica, quando se opôs ao vandalismo contra a estação de metrô. Foi levado a um hospital e está em estado grave, com quase 30% do corpo queimado e traumatismo craniano. Vídeos mostram o momento em que Leung, de camisa verde, é agredido em uma passarela,

sofre ferimentos na cabeça, mas consegue se levantar e alguém o ajuda a cuidar do ferimento na cabeça.

Quando ele se afasta e diz aos black blocks “você não são chineses”, é cometida a tentativa de queimá-lo vivo, com os delinquentes se proclamando “hongkongers”.

Porta-voz da polícia disse que o homem de camisa verde “perseguiu os vândalos” que haviam realizado um quebra-quebra na estação de metrô e acabou sendo espancado e “transformado em uma tocha humana”.

Durante a semana, os black blocks mascarados intensificaram os atos de violência e depredação em Hong Kong, o que coincide com votação de urgência no Senado dos EUA de uma lei para agravar a interferência na região especial chinesa, com ameaça anual de retirar o reconhecimento do status econômico especial de Hong Kong.

A intensificação das provocações, depredação, pichações racistas contra os chineses do continente, incêndios e espancamentos de quem repudia os caos, possivelmente também busca inviabilizar as eleições distritais de 24 de novembro, para acusar Pequim de atos anti-democráticos.

Em outro incidente, a ministra da Justiça de Hong Kong, Teresa Cheng, que visitava Londres para negociações comerciais, foi ali atacada e ferida na rua por uma turba de apoiadores dos black blocks de Hong Kong. A agressão foi classificada pela chefe do Executivo de Hong Kong,

Carrie Lam, como um “ataque bárbaro”.

O regime de urgência no Senado dos EUA para socorrer os black blocks de Hong Kong foi denunciado pelo Global Times: “Essas medidas americanas demonstram sua atitude clara: manifestantes radicais de Hong Kong podem fazer o que quiserem – matar pessoas a tijoladas, atear fogo ou espancar pessoas que não concordam com elas e jogar detritos perigosos das pontes – enquanto todas as ações tomadas pelas autoridades para deter a violência e acabar com o caos de acordo com a lei são classificadas como repressão à democracia e à liberdade”.

A publicação também acusou o Congresso dos EUA de “querer arruinar a prosperidade de Hong Kong e transformar a cidade em uma bagunça para frear o desenvolvimento da China”. Por sua vez, porta-voz do Conselho de Estado chinês em Hong Kong classificou o relatório do Congresso dos EUA de “epítome da mentalidade hegemônica e da lógica dos gângsteres”. Acrescentou ainda que o relatório forneceu evidências mais sólidas de que “as forças anti-China nos EUA são exatamente a mão negra por trás do caos em Hong Kong, que foram pegos no local”.

Durante a 11ª Cúpula do BRICS em Brasília, o presidente chinês Xi Jinping afirmou que tarefa “mais premente” para Hong Kong é pôr fim à violência e ao caos e restabelecer a ordem.

Leia a íntegra da matéria em
www.horadopovo.com.br

“Forças armadas, unam-se à luta!”, conclamam manifestantes e os militares respondem: “Que viva a Bolívia!” Em seguida toda a multidão: “Mesa e Camacho são a mesma porcaria!”

Neste momento em que cresce a participação popular contra o golpe fascista perpetrado contra o presidente Evo Morales após sua reeleição, setores das Forças Armadas bolivianas se somaram aos protestos em defesa da democracia e das conquistas sociais.

Nas últimas horas foram divulgadas imagens da Infantaria do país andino unindo-se à marcha do Sindicato de Copacabana, na estrada que une a cidade de Oruro à capital, La Paz.

“Forças Armadas, unam-se à luta!”, conclamam milhares de manifestantes, enquanto os militares respondem, “Que viva a Bolívia, que viva a Wiphala!”.

A bandeira Wiphala é o símbolo dos povos origi-

nários do país e, por isso, os fascistas e racistas lhe devotam ódio descontrolado.

Também foram divulgadas imagens de blindados do Exército conduzindo as bandeiras Wiphala que já se tornaram também um símbolo da aspiração de unidade do país e da luta para varrer o fascismo e o racismo.

Além de “Forças armadas, unam-se à luta!”, os manifestantes também proclamaram: “Mesa e Camacho são a mesma porcaria!”

Em outra manifestação que também contou com a participação de militares, as pessoas cantavam “povo unido, jamais será vencido!”

Os acontecimentos registrados nos vídeos evidenciam que há fraturas entre os militares mas ainda não está claro sua profundidade e extensão.

“A OEA participou do golpe na Bolívia”, denuncia Evo Morales

O presidente reeleito da Bolívia, Evo Morales, denunciou nesta quarta-feira que “a Organização dos Estados Americanos (OEA) tomou uma decisão política, não uma decisão técnica ou legal” ao acusá-lo de fraudar as eleições no último dia 20 de outubro. Apontou a participação norte-americana no golpe, frisou, “a OEA está a serviço do império norte-americano”.

Na avaliação de Evo, que se encontra refugiado na Cidade do México, houve uma articulação fascista para colocar os setores mais desprezíveis e anti-democráticos no poder “e, infelizmente, a OEA deu apoio a esse golpe de Estado”. “Eu recomendo aos novos políticos da América Latina: cuidado com a OEA. A OEA é neogolpista para mim”, afirmou.

O que demonstraram ao se insurgir contra o resultado das urnas, que lhe garantiram a eleição no primeiro turno com mais de 47% dos votos e uma

diferença superior a 10% dos votos para o segundo colocado, assinalou, é seu desprezo pela democracia. “Não aceitam um índio presidente, nossas políticas sociais e econômicas de nacionalização dos recursos, não aceitam que nós indígenas sejamos anti-imperialistas e anticolonialistas”, destacou.

Para Evo, é completamente descabida a auto-proclamação da senadora golpista Jeanine Añez como presidente interina na Bolívia. “A única saída é respeitar nossa Constituição, recuperar a democracia; a única saída é respeitar o povo e principalmente os movimentos sociais”, defendeu Evo, conclamando às forças policiais e militares para que não “disparem uma bala”. “Equipei as Forças Armadas não contra o povo, não para que sejam contra o povo, mas para que defendam a pátria. Lamento muito que as Forças Armadas estejam agora do lado de um golpe de Estado”, condenou.

Washington forneceu armas e logística aos fascistas da Bolívia

Estados Unidos forneceram armas e logística para os fascistas na Bolívia

O governo dos Estados Unidos participou diretamente do golpe contra o governo Evo Morales, comprovam relatos do próprio presidente deposto e fotos e vídeos que se multiplicaram pelas redes sociais nos últimos dias.

Uma das denúncias foi feita pela então chefe da Brigada Médica Cubana na Bolívia, doutora Yoandra Muro Valle, que esclareceu sobre a sua prisão e de vários médicos do seu país – integrantes de uma Brigada de Solidariedade –, no dia 14 de novembro, em La Paz.

A ação comandada por um operativo da Polícia foi acompanhada e instigada por elementos da Embaixada dos EUA, fotografado nas imediações. O automóvel placa 28-CD-17 estava na avenida Enrique Herzog, em Achumani, na zona Sul da capital. Na oportunidade, junto com Yoandra foi detido o responsável pela logística da Brigada, Alfonso Pérez, e os colaboradores: Amparo Lourdes García Buchaca, licenciada em Eletromedicina; Idalberto Delgado Baró, que trabalhou no Centro Municipal de Eletromedicina da Ilha de Juventude; Ramón Emilio Alvarez Cepero, especialista em Cuidados Intensivos e Endocrinologia e Alexander Torres Enriquez, especialista em Medicina Geral Integral. Até esta segunda-feira, 431 dos

mais de 700 integrantes da Brigada Médica já haviam retornado a Cuba.

Na madrugada posterior ao golpe, como já havia relatado o HP, oito veículos estacionaram junto a Embaixada dos EUA, de onde saíram com pessoal carregado de mochilas, numa movimentação completamente anormal.

Um vídeo divulgado esta semana mostra granadas “Made in USA”, recentemente adquiridas pelos golpistas para serem utilizadas contra os manifestantes.

Ainda durante o processo eleitoral, o presidente Evo Morales havia informado que logo depois de ter “enviado agentes da inteligência” para dar orientações à oposição ao seu governo, em julho deste ano, a Embaixada norte-americana decidiu apelar, financiando obras em troca de votos contra o Movimento Ao Socialismo (MAS) nas eleições de 20 de outubro.

Diante disso, denunciou, “convoquei o Encarregado de Negócios da Embaixada dos Estados Unidos, apresentei os documentos, como este carro da Embaixada tem ido às comunidades dos Yungas de La Paz para oferecer pavimentação e asfalto, sempre e quando não apoiarem Evo”.

Mais recentemente, o general Williams Kaliman, que jogou um papel determinante na renúncia do presidente Evo Morales, anunciou sua aposentadoria e que vai morar nos Estados Unidos.

Algumas notas sobre Losurdo - (2)

Continuação da edição anterior

(...) O que ele considera “utópico” é a “espera messiânica de uma sociedade sem Estado e sem normas jurídicas, sem fronteiras nacionais e sem mercado e sem dinheiro, onde, em última análise, não há qualquer conflito real”. A maneira de colocar tais questões revela o entendimento muito parco sobre elas, ou seja, sobre o pensamento de Marx – e de Stalin

CARLOS LOPES

Quais foram, então, os resultados da comissão da Academia de Ciências? Segundo apuraram os historiadores, entre 1921 e 1953 – um intervalo de 32 anos – foram “reprimidas” (isto é, condenadas pelo artigo 58 do Código Penal: “atividade contrarrevolucionária e outros crimes graves contra o Estado”) cerca de 4 milhões de pessoas – uma média de 125 mil por ano.

As condenações à morte, incluídas nesses 4 milhões, no mesmo período de 32 anos, foram 799 mil e 455.

Entre 1934 e 1953, a população carcerária máxima que o sistema correcional soviético atingiu foram cerca de 2 milhões e 500 mil pessoas.

Mas, nesse caso, esse número inclui, também, os presos comuns.

Os presos por atividades contrarrevolucionárias variaram entre 104.826 (1937) e 578.912 (1950) – não se trata aqui dos que foram condenados nesses anos ou presos nesses anos, mas do total que permanecia preso nesses anos.

Isso, para um país sob cerco e com uma acirrada luta de classes em seu interior.

Não vamos, aqui, usar alguma variante do “princípio *tu quoque*” e comparar esses números com, por exemplo, os números penitenciários dos EUA.

Em vez disso, comparemos esses números com aqueles apresentados na literatura dita “soviológica” – isto é, na propaganda anticomunista travada de trabalho acadêmico.

Aqui, o principal autor a considerar, como apontou Cláudio Campos, é Robert Conquest.

“Segundo Robert Conquest (numa avaliação feita em 1961), tinham morrido 6 milhões de pessoas de fome na União Soviética no início dos anos 30.

“Esse número foi aumentado por Conquest para 14 milhões em 1986.

“No que diz respeito aos campos de trabalho Gulag, estavam ali detidos, segundo Conquest, 5 milhões de presos em 1937, antes das depurações no partido, no exército e no estado terem começado.

“Depois das depurações começarem, vieram segundo Conquest, durante 1937-38, mais 7 milhões de presos, o que faz um resultado de 12 milhões de presos nos campos de trabalho em 1939!

“E não esqueça o leitor que estes 12 milhões de Conquest são SOMENTE os presos políticos!

(...) “Isto significa que, segundo Conquest, havia cerca de 25-30 milhões de presos nos campos de trabalho na União Soviética.

“Também segundo Conquest, foram executados, em 1937-39, um milhão de presos políticos, enquanto que 2 milhões morreram de fome.

“Resultado final das depurações de 1937-39 segundo Conquest: 9 milhões de presos políticos e 3 milhões de mortos! “Esses números foram em seguida submetidos a ‘apreciações estatísticas’ por Conquest, para concluir que os bolcheviques tinham morto nada menos que 12 milhões de presos políticos entre 1930 e 1953.

“Juntando esses números aos mortos de fome nos anos 30, chega Conquest à conclusão de que os bolcheviques haviam morto 26 milhões de pessoas.

“Numa última apreciação estatística diz Conquest que em 1950 havia 12 milhões de presos políticos na União Soviética!” (cf. Mario Sousa, **Mentiras sobre a história da União**

Soviética, 15/6/1998).

Não faremos a comparação com os números de outros heróis da canalha – por exemplo, Soljenytisin – pois correríamos o risco de descobrir que Stalin matou toda a população soviética, sem que se saiba quem sumiu com os cadáveres...

Como dizem três historiadores, escrevendo em outubro de 1993 na “*The American Historical Review*” – um deles o coordenador da comissão da Academia de Ciências da URSS que primeiro examinou os arquivos soviéticos:

“As bases para essas avaliações não são claras na maioria dos casos e parecem ter vindo de suposições, rumores ou extrapolações de observações locais isoladas. (...) o número documentável de vítimas é muito menor” (cf. J. Arch Getty, Gábor T. Rittersporn and Viktor N. Zemskov, *Victims of the Soviet Penal System in the Pre-war Years: A First Approach on the Basis of Archival Evidence*, *The American Historical Review*, Vol. 98, Issue 4, 1 October 1993, p. 1021).

Assim:

“No ano de 1939 havia em todos os campos, colônias e prisões cerca de 2 milhões de presos. Desses eram **454 mil** condenados por crimes políticos e não 9 milhões como Conquest afirma.

“Os mortos nos campos de trabalho de 1937 a 1939 foram cerca de **160 mil** e não 3 milhões como diz Conquest.

“No ano de 1950 havia nos campos de trabalho **573 mil** presos por crimes políticos e não 12 milhões” (cf. Mario Sousa, op. cit.).

COMPARAÇÕES

Voltemos ao “princípio *tu quoque*”.

A História – a luta política – não acontece em um tribunal, onde há “paridade de armas”.

A aplicação do “princípio *tu quoque*” à luta política, depois de certo limite, redonda em uma confissão, em maior ou menor grau, **inclusive falsa**, dos supostos crimes de que os comunistas são acusados – aqueles que são, como acabamos de ver, invenções do inimigo.

Os acusadores não se sentem “desautorizados” porque são eles que cometeram esses crimes. Infelizmente, nesse campo, não há um juiz, isento e imparcial, que os coloque na linha.

A consequência do método de Losurdo é admitir, em maior ou menor grau, as acusações, exatamente o que necessita ser provado ou contestado – e que, como vimos, desde 1989 está sendo contestado pelos próprios arquivos soviéticos.

Assim, escreve Losurdo:

“Está, enfim, **fora de discussão** o caráter **desapiedado** da ditadura exercida primeiro por Lênin e depois, ainda mais, por Stalin” (cf. **Stalin: História crítica de uma lenda negra**, Revan, 2010, p. 326, grifos nossos).

Ou:

“Está **fora de discussão** o horror da punição coletiva, da deportação imposta a populações suspeitas de escassa lealdade patriótica” (idem, p. 36, grifo nosso).

Por que “fora de discussão”? Isso é, exatamente, o que está – e foi colocado, há muito – em discussão.

Entretanto, Losurdo, estribando-se sobretudo no “princípio do *tu quoque*”, prefere considerar tais questões “fora de discussão”.

O contexto em que aparecem essas frases é, a esse respeito, esclarecedor:



“Um eminente historiador da revolução dos escravos negros em Santo Domingo [isto é, no Haiti] polemiza contra ‘a lenda corrente segundo a qual a abolição da escravatura se teria traduzido no extermínio dos brancos’; mas é **incontestável** que os massacres se verificaram **de um lado e do outro**. Tampouco há dúvidas sobre a brutalidade até aquele momento inaudita com que a guerra civil estadunidense foi travada pelo Norte, e em particular por Sherman, o qual se propõe explicitamente a atingir a população civil e ‘fazer a Geórgia ladrar’, e para o qual não por acaso Hitler parece olhar como para um modelo. Está, enfim, **fora de discussão** o caráter desapiedado da ditadura exercida primeiro por Lenin e depois, ainda mais, por Stalin” (grifos nossos).

Os “massacres” no Haiti necessitam prova. Não é possível resolver o problema apenas dizendo que “é incontestável”. Porém, além disso, há outro problema: não se pode igualar a violência do opressor – daquele que recorre à violência para manter a opressão – com a violência do oprimido – aquele que recorre à violência para se libertar da opressão.

Da mesma forma, por mais destruidora que tenha sido a campanha de Sherman contra os escravagistas na Geórgia, não há dúvida que:

“Quando uma oligarquia de 300.000 proprietários de escravos ousou inscrever, pela primeira vez nos anais do mundo, ‘escravatura na bandeira da Revolta Armada, quando nos precisos lugares onde há quase um século pela primeira vez tinha brotado a ideia de uma grande República Democrática, de onde saiu a primeira Declaração dos Direitos do Homem e de onde foi dado o primeiro impulso para a revolução europeia do século XVIII; quando, nesses precisos lugares, a contrarrevolução, com sistemática pertinácia, se vangloriou de prescindir das ideias vigentes ao tempo da formação da velha constituição’ e sustentou que ‘a escravatura é uma instituição benéfica’, na verdade, a única solução para o grande problema da ‘relação do capital com o trabalho’ e cinicamente proclamou a propriedade sobre o homem como ‘a pedra angular do novo edifício’ — então, as classes operárias da Europa compreenderam imediatamente, mesmo antes da fanática tomada de partido das classes superiores pela aristocracia confederada ter dado o seu funesto aviso, que a rebelião dos proprietários de escravos havia de tocar a rebatida para uma santa cruzada geral da propriedade contra o trabalho e que, para os homens de trabalho, [juntamente] com as suas esperanças para o futuro, mesmo as suas conquistas passadas estavam em causa nesse tremendo conflito do outro lado

do Atlântico.

(...)

“Enquanto os operários, as verdadeiras forças políticas do Norte, permitiram que a escravatura corrompesse a sua própria república, enquanto pele branca de se vender a si próprio e de escolher o seu próprio amo, foram incapazes de atingir a verdadeira liberdade do trabalho ou de apoiar os seus irmãos europeus na sua luta pela emancipação; mas esta barreira ao progresso foi varrida pelo mar vermelho da guerra civil” (Karl Marx, **Carta a Abraham Lincoln**, novembro/1864).

Portanto, se Hitler olhava para Sherman como modelo, apenas expunha a perversão do nazismo – e não o conteúdo da guerra da União contra os confederados escravagistas.

Quanto à outra frase, ela é um comentário a um trecho do “relatório secreto”, em que Krushev acusa Stalin de deportar populações “sem outra causa que a vingança por algum delito perpetrado por indivíduos ou grupos isolados”:

“Está **fora de discussão** o horror da punição coletiva, da deportação imposta a populações suspeitas de escassa lealdade patriótica. Infelizmente, bem longe de referir-se à loucura de um único indivíduo, esta prática caracteriza profundamente a segunda Guerra dos Trinta Anos, a começar pela Rússia czarista que, embora aliada do Ocidente liberal, durante o primeiro conflito mundial conhece ‘uma onda de deportações’ de ‘dimensões desconhecidas na Europa’, em que estão envolvidas cerca de um milhão de pessoas (sobretudo de origem judia ou germânica). De dimensões mais reduzidas, mas muito mais significativa, é a medida que durante o segundo conflito mundial atinge os americanos de origem japonesa, deportados e encerrados em campos de concentração” (Losurdo, p. 36, grifo nosso).

Este é, portanto, o uso do “princípio do *tu quoque*”, isto é, do “você também”.

Losurdo não se preocupa com o fato – em 2008, quando lançou o livro, já demonstrado – de que a acusação de Krushev é falsa. Não houve deportações “sem outra causa que a vingança por algum delito perpetrado por indivíduos ou grupos isolados”.

Ao invés de, simplesmente, demonstrar a falsidade da acusação, Losurdo comenta que, se Stalin deportou populações, “esta prática caracteriza profundamente a segunda Guerra dos Trinta Anos” – que é como Losurdo chama o período das duas guerras mundiais.

De qualquer forma, a comparação com a revolução do Haiti e com a campanha militar



Ao lado, José Stalin

da União – isto é, de Lincoln – contra os escravagistas, apenas prova que houve violência em outros países.

Os fatos da época de Stalin escapam de análise.

Mas é justo frisar que existe uma exceção: Losurdo desmonta brilhantemente as acusações de antissemitismo contra Stalin – e sem necessitar do recurso ao “*tu quoque*”.

ENTENDIMENTO

Uma segunda questão é como Losurdo vê a obra de Marx.

Por exemplo, quando aborda a situação logo após a Revolução de Outubro:

“A onda longa do messianismo, **certamente implícita já nos aspectos mais utópicos do pensamento de Marx**, mas pavorosamente aumentados como reação ao horror da I Guerra Mundial, continua a fazer-se sentir” (p. 62, grifo nosso).

“Tudo isso não podia não reforçar a tendência já muito presente no partido bolchevique, em consequência também do clima espiritual suscitado pela guerra, a radicalizar ulteriormente os temas utópicos do pensamento de Marx” (pp. 113-114, grifo nosso).

“Nas três décadas em que administrou o poder, vemos Stalin se esforçar em elaborar e pôr em prática um programa de governo, tomando nota do desaparecimento da perspectiva do triunfo planetário da revolução socialista e esclarecendo a diferença entre a utopia (que é o legado, por um lado, da teoria de Marx e, por outro lado, da expectativa messiânica de um mundo totalmente novo suscitada pelo horror da I Guerra Mundial) e o estado de exceção (que na Rússia assume uma duração e uma agudeza excepcionais por causa da convergência de duas crises gigantescas, o segundo período de desordens e a II Guerra dos Trinta Anos)” (p. 282).

Ou seja, Stalin teria combatido as “tendências utópicas” do pensamento de Marx – ou que tinham origem no pensamento de Marx.

Quais são essas tendências “utópicas”?

Ainda que ele não aborde, no livro, uma questão de tal modo crucial, considerando-a tácita, mais adiante escreve Losurdo:

“Não faltam aqueles que leem a história do país nascido da Revolução de Outubro lamentando a progressiva ‘traição’ das ideias elaboradas por Marx e Engels; **na realidade, sob certos aspectos, são exatamente essas ideias ‘originais’ (a espera messiânica de uma sociedade sem Estado e sem normas jurídicas, sem fronteiras nacionais e sem mercado e sem dinheiro, onde, em última análise, não há qualquer conflito real) que desempenharam um papel nefasto**, impedindo a passagem para uma condição de normalidade e prolongando e agudizando o estado de exceção (provocado pela crise do antigo regime, pela guerra e pelas sucessivas agressões)” (p. 332, grifo nosso).

Ou seja, o que ele considera “utópico” é a “espera messiânica de uma sociedade sem Estado e sem normas jurídicas, sem fronteiras nacionais e sem mercado e sem dinheiro, onde, em última análise, não há qualquer conflito real”.

A maneira de colocar tais questões revela o entendimento muito parco sobre elas, ou seja, sobre o pensamento de Marx – e de Stalin.

Utópico era Krushev, que

prometeu, em 1961, no XXII Congresso do PCUS, que a URSS passaria do socialismo ao comunismo até 1980 – com Estado, com dinheiro, com mercado e com fronteiras nacionais...

Sucintamente:

1) Não se trata de uma “espera”, muito menos “messiânica”, por uma sociedade sem Estado, mas da extinção progressiva do Estado na transição do socialismo ao comunismo.

2) Não se trata de uma sociedade “sem normas jurídicas”, mas da substituição de uma regulação social pelo Direito burguês – baseada, portanto, na troca de equivalentes (“a cada um segundo o seu trabalho”) -, por outra regulação, baseada nas necessidades reais dos indivíduos (“a cada um segundo a sua necessidade”).

3) A extinção das fronteiras nacionais é uma consequência da transição do socialismo para o comunismo em nível mundial.

4) A extinção do mercado – que só é necessário em uma sociedade de produtores isolados – é uma consequência do avanço da planificação econômica, ou seja, da socialização cada vez maior da produção.

5) O dinheiro, como as outras mercadorias, deixa de existir quando a sociedade supera a lei do valor; não havendo “valor”, os produtos não são mais mercadorias, nem existe necessidade de uma mercadoria que condense o valor delas, para ser usada como equivalente geral de valor. Pode-se dizer que a moeda transforma-se em um “bônus de trabalho”, representando tal ou qual quantidade de trabalho, a ser trocada por produtos, na transição socialista. No comunismo, até isso é dispensável, pois os produtos não serão trocados, mas distribuídos.

6) Quanto a que na sociedade comunista não haverá “qualquer conflito real”, é bobagem. Nem Marx nem marxista algum jamais disse tal coisa. Apenas, não haverá conflitos de classe, pois as classes não existirão.

Pode-se dizer que sem esses “objetivos” a teoria de Marx não existe – ou transforma-se em seu oposto, uma garapa liberal.

Nada disso é “utópico” – e Marx, Engels, Lenin, Stalin se esforçaram extraordinariamente para estabelecer os fundamentos a partir dos quais eles são possíveis. No terceiro livro de “**O Capital**”:

“O reino da liberdade só começa, de fato, onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; portanto, pela própria natureza da questão, isso transcende a esfera da produção material propriamente dita. Assim como o selvagem tem de lutar com a Natureza para satisfazer suas necessidades, para manter e reproduzir sua vida, assim também o civilizado tem de fazê-lo, e tem de fazê-lo em todas as formas de sociedade e sob todos os modos de produção possíveis. Com seu desenvolvimento, amplia-se esse reino da necessidade natural, pois se ampliam as necessidades; mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas, que as satisfazem. Nesse terreno, a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a Natureza, trazendo-o para seu controle comunitário, em vez de serem dominados por ele como se fora por uma força cega; que o façam com o mínimo emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas à sua natureza humana. Mas este sempre continua a ser um reino da necessidade. Além dele é que começa o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode florescer sobre aquele reino da necessidade como sua base. A redução da jornada de trabalho é a condição fundamental” (Karl Marx, **O Capital**, Livro III, t. 2, trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, Nova Cultural, 2ª ed., p. 273).

Continua na próxima edição